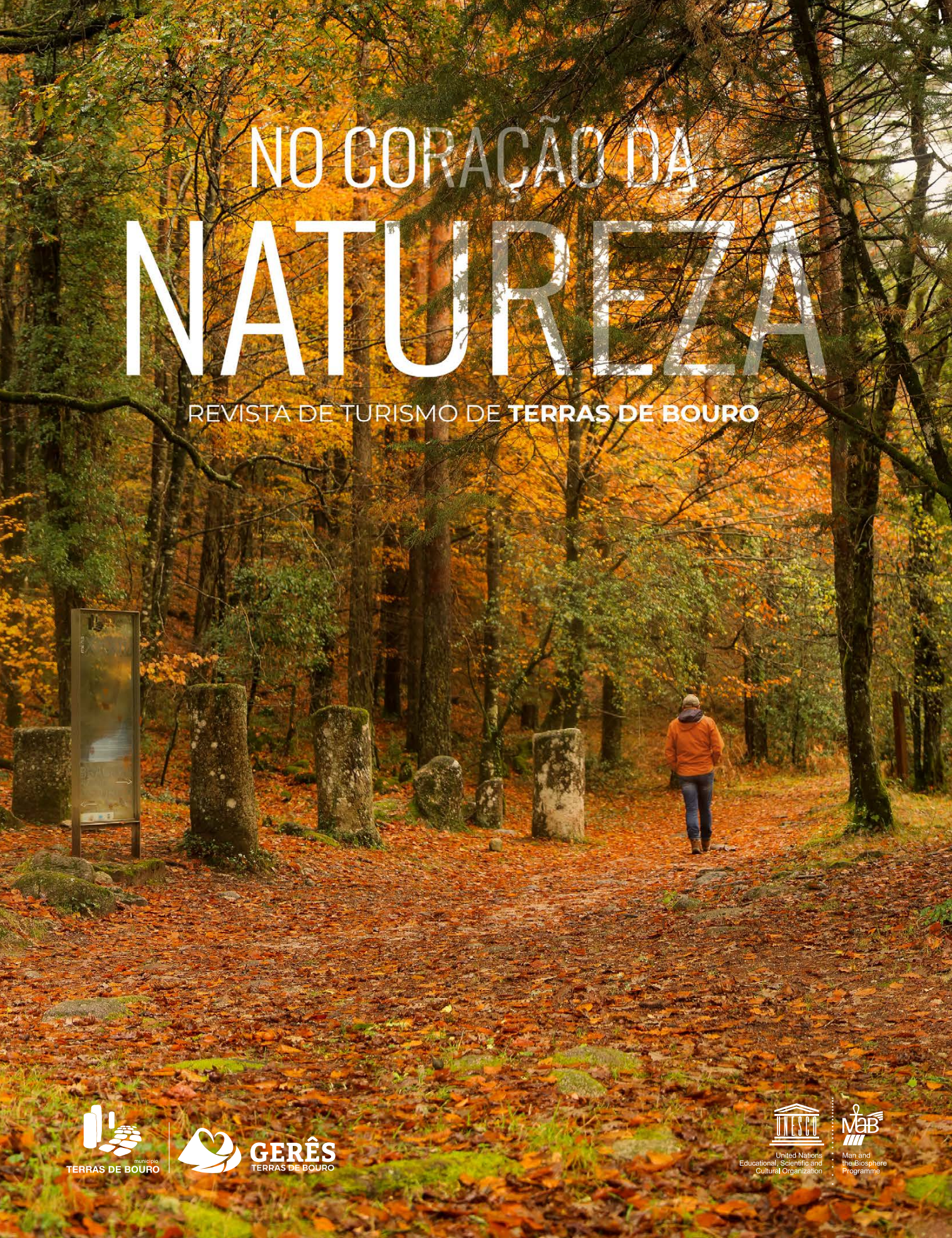


# NO CORAÇÃO DA NATUREZA

REVISTA DE TURISMO DE **TERRAS DE BOURO**

município
TERRAS DE BOURO

GERÊS
TERRAS DE BOURO

United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Man and
the Biosphere
Programme

# “No Coração da Natureza”



**EDIÇÃO**: MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO
**Nº / ANO**: 01 / 2023

**DESIGN**: Município de Terras de Bouro
**CARTOGRAFIA**: Município de Terras de Bouro

**TEXTOS**: Américo Pereira, André Gago, António Afonso, Avelino Soares, Celso Braga Rosa, Eduardo Gonçalves, Padre Fernando Bento, Henrique Rodrigues, João Aguiar Campos, João Luís Dias, José Carlos Pires, José Mota Alves, Manuel Antunes, Mário Cunha, Manuel Tibo, Miguel Dantas da Gama, Miguel Torga, Rui Barbosa, Sandra Sarmento, Sérgio Gonçalves

**IMPRESSÃO**: Graficamares, Lda
**DEPÓSITO LEGAL**:



O concelho de Terras de Bouro, localizado no Minho, no distrito de Braga, ocupa uma área de 265,24 Km², é limitado a Norte pela Galiza, a Noroeste pelo concelho de Ponte da Barca, a Oeste pelo concelho de Vila Verde, a Sul pelo concelho de Amares, a Sudoeste pelo concelho de Vieira do Minho e a Este pelo concelho de Montalegre.

O acesso ao concelho, saíndo de Braga, poderá ser feito tomando a direção de Vieira do Minho, pela E.N. 103 (chegando à freguesia das Cerdeirinhas desce-se para as pontes de Rio Caldo), ou pela E.N. 101 (direção de Vila Verde), após a passagem da Ponte do Bico (sobre o rio Cávado), dirigimo-nos para Amares. Na freguesia de Rendufe, toma-se a direção Terras de Bouro, pela E.N. 205-3.

Já dentro do concelho pode-se circular pela E.N. 307, que liga a sede do concelho a Covide, pela E.N. 304, que liga Covide às Pontes de Rio Caldo, pela E.N. 308 que liga o Gerês até Amares e pela E.N. 308-1 que liga as Pontes de Rio Caldo à Portela do Homem (fronteira com Espanha) e que passa já no interior do Parque.

Entre as suas freguesias pode-se circular bem, uma vez que o concelho tem uma boa rede de estradas e caminhos municipais, ainda que alguns sinuosos.

Terras de Bouro tem 16 000 hectares do seu território pertencentes ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, na serra do Gerês.

De natureza granítica, o seu relevo apresenta paisagens verdadeiramente impressionantes, a que se alia a abundância das águas de ribeiros como o Gerês, Leonte, Palas, Torpo, Colado dos Fetos, Caldas e que alimentam os rios Cávado e Homem.

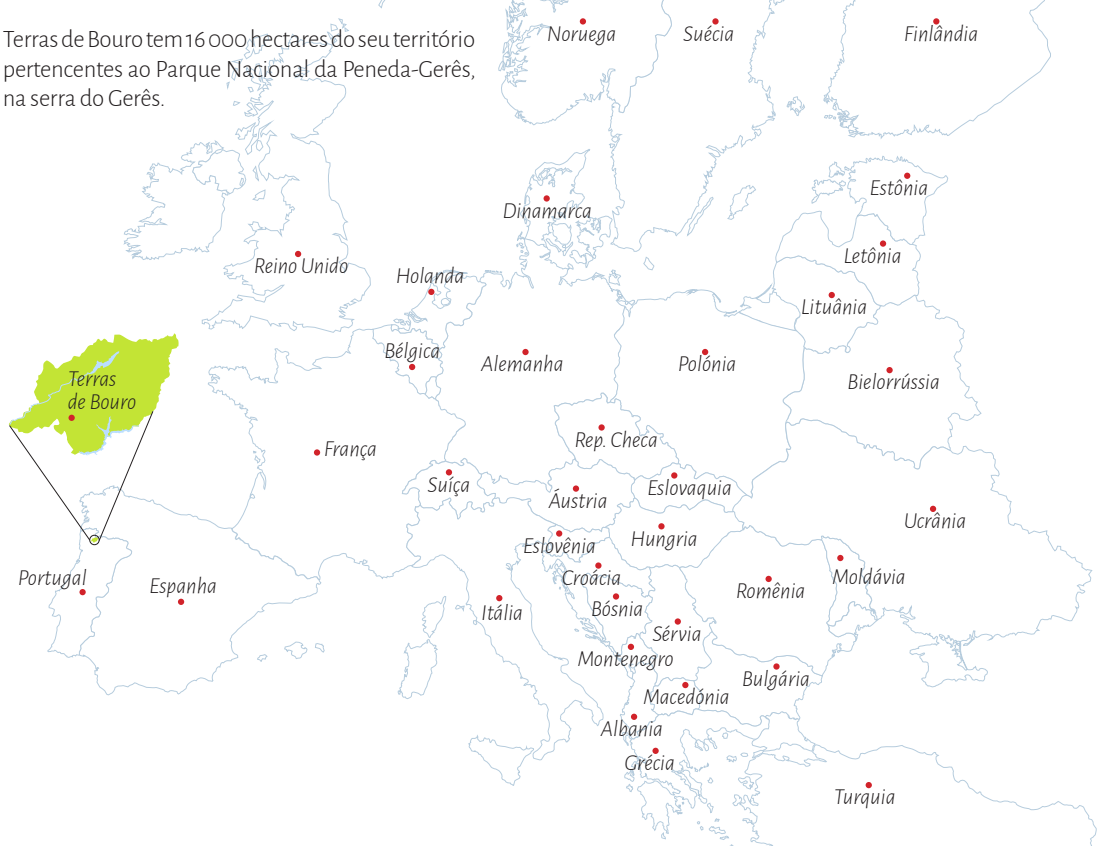
O seu clima é temperado atlântico e atinge, por vezes, os 3000mm de precipitação anual (máximo de todo o continente).

Até aos 1200m de altitude a arborização é densa e apresenta várias espécies arbóreas das quais se salientam o carvalho, o azereiro e o medronheiro.

Existem ainda várias espécies que, devido a estarem em perigo de extinção, o Parque Nacional considera como protegidas. Entre elas contam-se o azevinho, o feto do Gerês e o lírio do Gerês.

A fauna do Gerês é também variada, apresentando javalis, lobos, veados, texugos, lontras, martas, touRões, entre outros.

Também quanto à fauna, e devido ao perigo de extinção, o Parque Nacional sentiu a necessidade proteger espécies como a Águia Real, o Garrano do Gerês, a Geneta, o Javali, o Lobo, a Lontra e a Víbora cornuda.





# Terras de Bouro, um destino de futuro onde o passado é a nossa Marca



O nosso Concelho, o nosso Território, a nossa Natureza, a nossa História, as nossas Estórias, as nossas valorosas e singulares Gentes, tudo isto faz de Terras de Bouro um destino turístico único em Portugal.

Atrair até nós, todos os que nos querem visitar, e acarinhar deixa-nos com responsabilidades acrescidas no que ao bem-receber, acolher e encaminhar diz respeito. "Quis a Natureza", em boa hora, agraciar-nos com o que de mais belo existe e o Parque Nacional é o nosso *ex-libris*, único na fauna e flora no nosso país, fator fundamental de desenvolvimento, que a todos deslumbra com as suas paisagens avassaladoras, alvo de constatação por turistas e amantes ecológicos vindos dos 4 cantos do Mundo!

As memórias fazem parte da nossa vida e "alimentam a nossa cultura" e nesta primeira publicação revivemos Vilarinho da Furna, "falamos com os romanos da Geira" e enaltecemos a vida de duas das nossas maiores figuras concelhias: a senhora Comendadora Maria Adelaide Soares e do Cónego João Aguiar Campos, de quem temos imensas saudades.

Sublinhamos também a nossa ruralidade com a pitoresca aldeia de Brufe, a mais pura tradição com a Vezeira e "curvamo-nos respeitosamente" pela religiosidade do Senhor das Mós, pois um povo sem crença e sem fé não é certamente aquele que existe em Terras de Bouro e a nossa história comprova isso mesmo!

Como aqui se aplica bem: A fé move montanhas!

Venham até nós e descubram a nossa gastronomia, o nosso património arqueológico e natural, as nossas tradições, o calor do nosso povo e sintam Terras de Bouro como algo que não podem esquecer!

Visite Terras de Bouro, pois é um concelho Verde, Ativo e Saudável.

**Manuel João Sampaio Tibo**
Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

# Índice


05 EDITORIAL - Terras de Bouro, um destino de futuro onde o passado é a nossa Marca
Manuel Tibo

08 Vilarinho da Furna
Manuel Antunes

20 CRÓNICA - Vilarinho da Furna
André Gago

22 CRÓNICA - Passado com futuro
João Aguiar Campos

24 ENTREVISTA - Maria Adelaide
Avelino Soares

28 Brufe
Uma freguesia com história
José Mota Alves

36 Senhor das Mós
Padre Fernando Bento

42 CRÓNICA - Viagens na Minha Terra
De Brufe às Termas do Gerês
João Luís Dias

48 CRÓNICA - A importância do PNPG enquanto ativo estratégico para o desenvolvimento regional e local
Sandra Sarmento

50 CAPA - Geira
Município de Terras de Bouro

64 Caminho de Santiago pela Geira Romana e Arrieiros
António Afonso

70 PORTEFÓLIO - A serra do Gerês pela lente de... - Mário Cunha




78 CRÓNICA - Gerês Profundo
Uma jornada a Porta Roibas
Rui Barbosa

84 CRÓNICA - As moscas, as abelhas e as cascatas do Gerês - a necessidade de olhar para lá do monte!
José Carlos Pires

88 Habitat e comportamento da Cabra Montesa
Miguel Dantas da Gama e Luís Borges

94 O Garrano
Henrique Rodrigues e Sérgio Gonçalves

100 Tradição Comunitária
A Vezeira
Celso Braga Rosa

104 A Flora do PNPG
Américo Pereira

108 Recursos hídricos subterrâneos do Concelho de Terras de Bouro
Eduardo Gonçalves

114 De cortar a respiração (Miradouro da Pedra Bela)
Município de Terras de Bouro

116 POEMA - Diário de Miguel Torga
Miguel Torga

## ANTIGA ALDEIA COMUNITÁRIA

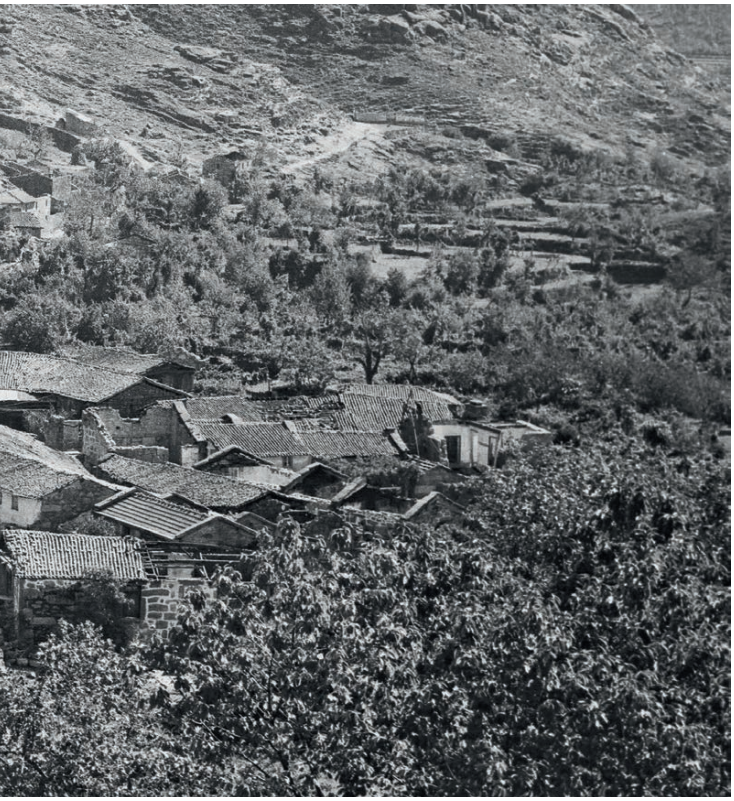


# **Vilarinho da Furna:** Para um projeto de turismo sustentável



Esta aldeia foi submersa no início dos anos 70 e, com ela, a sua grande riqueza etnográfica

**Manuel de Azevedo Antunes**



Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da freguesia de S. João do Campo, situada no extremo nordeste do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, Portugal, no Parque Nacional Peneda-Gerês, vizinha de Espanha.

A sua origem perde-se na bruma dos tempos. Segundo uma tradição oral, que eu mesmo ouvi aos mais antigos, teria começado a sua existência por ocasião da abertura da célebre estrada da Jeira, a XVIII do Itinerário de Antonino, que, de Braga, se dirigia a Astorga, num percurso de CCXV milhas, uns 318 Km. Estava-se, segundo a teoria mais provável, pelos anos 70 da nossa era.

É possível que alguns dos traços da maneira comunitária de viver do povo de Vilarinho se filiassem na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo europeus, provavelmente lá introduzidos por migrações pré romanas e reforçados pela chegada dos Búrios, um grupo dos Suevos, que ali arribaram no século V.



VILARINHO
DA FURNA

Video
***DOCUMENTÁRIO***
***V. DA FURNA 1971***

Fruto, em grande parte, do condicionalismo imposto pela serra áspera e vasta a um povo sedentário e agrícola, esse sistema comunitário conseguiu sobreviver, devido à sua organização interna e ao isolamento a que a aldeia de Vilarinho ficou votada durante longos séculos, até à submersão por uma barragem inaugurada há cerca de 50 anos, em 21 de maio de 1972,

Já lá vão quase dois mil anos! Passado obscuro, quase sem história, é o passado de Vilarinho da Furna. Não fosse a sua riqueza etnográfica e a construção da barragem que pôs termo à sua existência e Vilarinho da Furna seria hoje uma aldeia esquecida, anónima como o seu passado; qual pérola perdida na vastidão das serras do Minho. Tal não aconteceu porque os olhos dos etnólogos descobriram em Vilarinho uma relíquia da velha organização comunitária outrora muito difundida na Europa.

Sem ser um caso único, o comunitarismo de Vilarinho era  um caso invulgar, possivelmente por, havia pouco, ter saído do nomadismo pastoril.

Engastada entre montanhas, sem outros horizontes que não fossem os píncaros da serra erguidos para o azul do céu. Vilarinho era, no dizer de alguém "uma ilha da Ribeira no oceano revolto das agrestes montanhas graníticas".

Este, em traços gerais, o quadro natural em que Vilarinho nasceu, viveu e morreu.





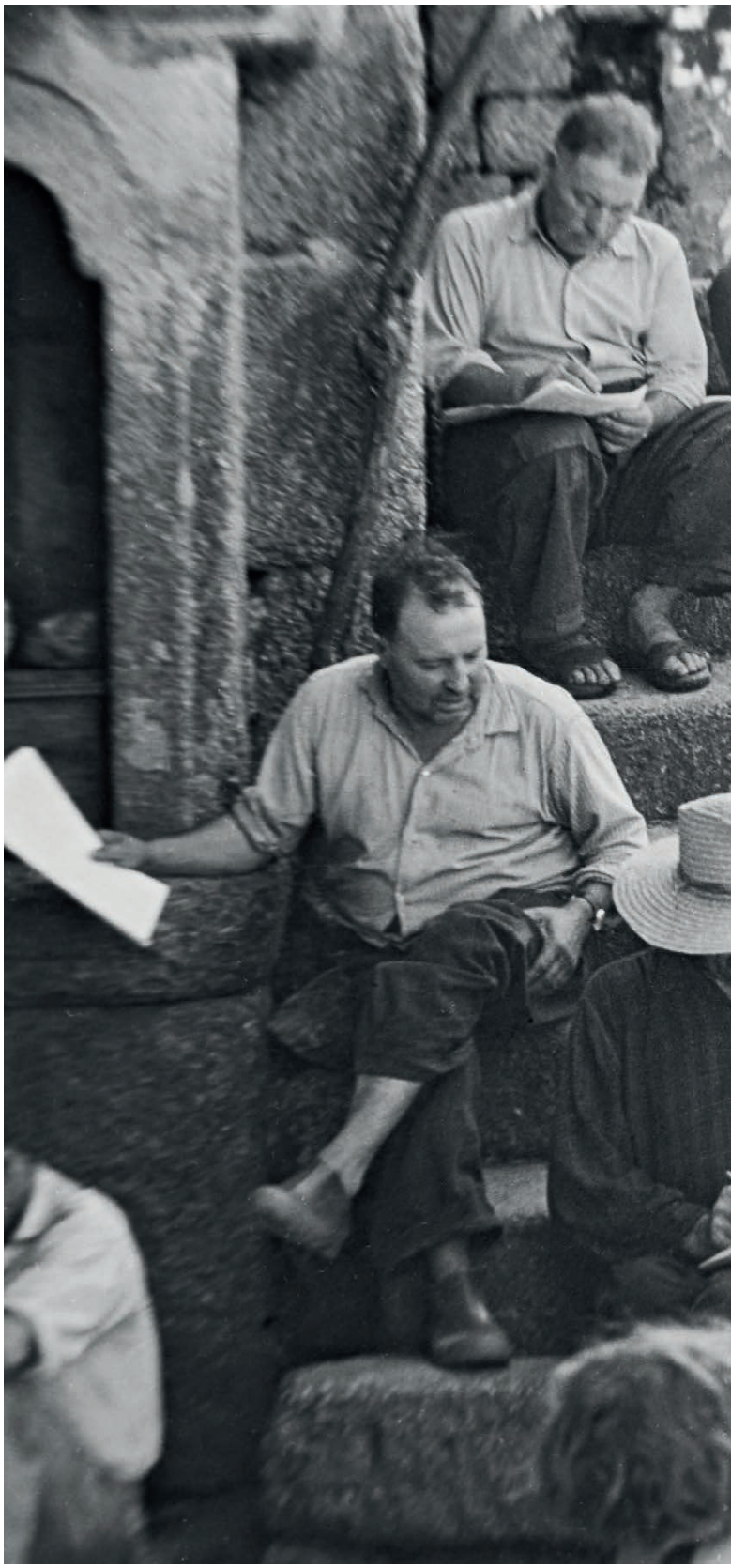




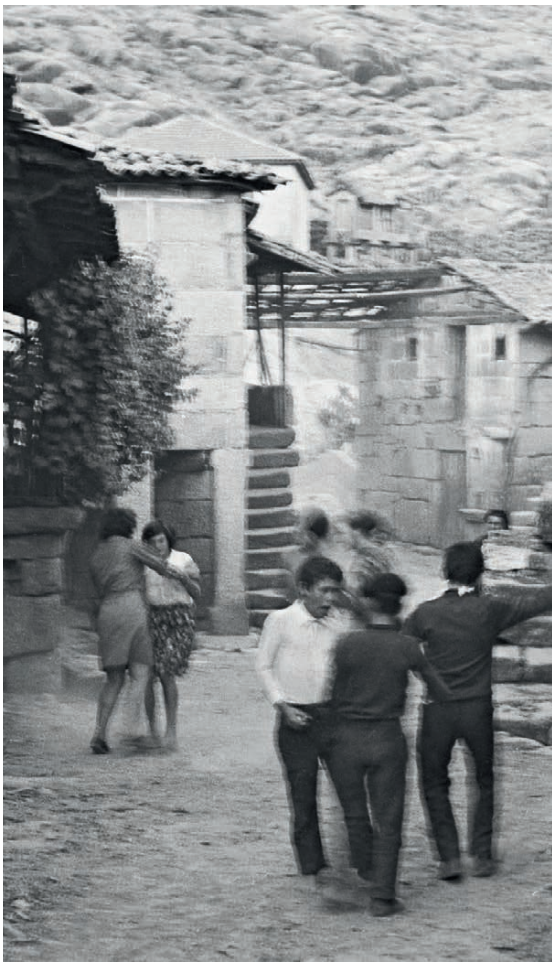
## AS CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Como refere Jorge Dias, "quando estudei Vilarinho da Furna, aldeia situada num vale da serra Amarela, impressionou-me o papel que a natureza desempenhava na vida da comunidade. A sua agricultura e a sua economia pastoril eram uma maravilha de adaptação à variedade de condições oferecidas pela mobilidade do relevo, tipos de terrenos, existência ou ausência de águas de rega, etc. Evidentemente que a natureza não exigia numa única forma de adaptação, mas a que eles escolheram foi uma das mais adequadas". Todo o condicionalismo ecológico da nossa terra propiciou uma atividade económica *sui generis*, de interdependência entre os vastos maninhos serranos e a superfície agricultada. Dessa inter-relação surgiria uma abundante pecuária de gado caprino, lanígero e bovino que, além de constituir uma importante fonte de recursos económicos para a população, possibilitava importantes fertilizações orgânicas para a superfície agrícola aproveitada.

A vasta extensão dos maninhos corresponde a uma grande variedade de pastagens, que determinam diferentes formas de pastoreio, conforme os tipos de gados e as diferentes épocas do ano.







## A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A base da organização assenta numa assembleia dos representantes das várias famílias da povoação, que reunia sobretudo à noite, geralmente às quintas-feiras, embora o pudesse fazer noutro dia da semana, se assim o exigissem as circunstâncias.

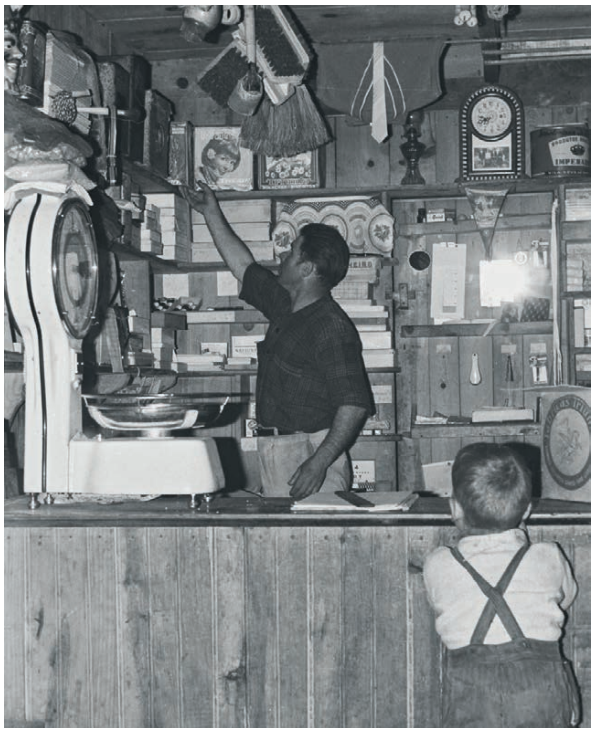
É nessa assembleia que se analisam, até à exaustão, os problemas que a todos dizem respeito, e se decidem, por vontade expressa da maioria, as soluções a adoptar.





Essa assembleia era dirigida por um Juiz escolhido para um reinado de escassos seis meses, entre os homens casados da Junta, segundo uma lista dos seus casamentos. E era ao juiz que competia convocar a Junta, através de um toque convencional de buzina de chifre de boi, e fazer a chamada. Um secretário improvisado anotava as presenças e ausências. Aquele que, sem justificação, não estivesse presente à segunda chamada era multado. Caso a ausência se prolongasse por todo o dia, a multa, além de ser maior, implicava geralmente um dia de trabalho que o multado devia à comunidade.

Feita a chamada, o juiz passava à aplicação das multas àqueles que transgrediram o código a partir da última Junta. A estas multas nem o Juiz se podia furtar. No entanto, era garantido a todos o direito de defesa e de acusações públicas. Vinha, depois, a apresentação dos problemas, todos animada e calorosamente discutidos, chegando-se sempre a uma decisão prática a tomar, de acordo com a vontade expressa da maioria. Em caso de empate, cabia ao Juiz tomar a decisão. Quando fosse preciso estabelecer novas multas era aos Seis, espécie de câmara legislativa auxiliar do Juiz, formada por seis membros, e, como ele, escolhidos por um período de seis meses, que cumpria determinar a quantia e as condições das mesmas.



Eram muitos e variados os trabalhos que se apresentavam à Junta, periódicos uns, extraordinários outros. Assim, ela tinha que tomar medidas acerca da reparação e abertura de caminhos, organização da vida pastoril, distribuição das águas de rega, divisão dos matos a roçar, madeiras a cortar, montarias aos lobos, marcação de vindimas, entre outros. Nos últimos anos de vida de Vilarinho, competiu-lhe estabelecer a melhor estratégia de luta contra a companhia construtora da barragem, o único inimigo que se lhe apresentou como invencível.








A companhia construtora da barragem chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra, progressiva e implacavelmente.

O êxodo do povo de Vilarinho da Furna pode localizar-se entre setembro de 1969 e outubro de 1970, quando na aldeia foram afixados os editais a marcar o tapamento da barragem. Os habitantes de Vilarinho dispuseram, pois, de apenas um ano para fazer os seus planos, procurar novas terras e proceder à transferência dos seus bens.

As 57 famílias que habitavam esta povoação procuraram fixar-se noutras paragens, investindo, geralmente na agricultura, os parcos contos de uma escassa indemnização que receberam da então Companhia Portuguesa de Eletricidade. Pelo conjunto de toda a aldeia e respetivos terrenos de cultivo e maninhos, ofereceu a companhia construtora da barragem, nada mais nada menos que 20.741.607$00. o que equivale a 5 escudos o metro quadrado, incluindo as casas. Se excluirmos as habitações e outras construções, foi pago meio escudo por metro quadrado de Vilarinho, o equivalente ao custo de meia sardinha, a preços da época.

Mas, enfim, chegou o momento da fuga e não havia tempo a perder. Cada um procurou levar consigo tudo o que podia. Os telhados desapareceram de dia para dia. Apenas ficaram as paredes nuas.

Amortalhada num espesso manto de neve, Vilarinho ficou pronta para ser coberta pelo mortífero lençol de água.

Os habitantes de Vilarinho foram, na altura, dispersos pelas mais variadas terras dos concelhos de Braga, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Barcelos, Vieira do Minho, Terras de Bouro, etc., etc., onde encontraram novas gentes, novos costumes.

Apesar da destruição da aldeia, que ocasionou a dispersão da população, a morte transformou-se no princípio de uma vida nova para os "Desenraizados de Vilarinho da Furna".

Os anos passaram e, hoje, essa população está organizada na Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna - AFURNA, criada em outubro de 1985, que tem por objetivo a defesa, valorização e promoção do património cultural, coletivo e/ou comunitário do antigo povo de Vilarinho.

Esse património de Vilarinho é, fundamentalmente, constituído pelas componentes histórico cultural e socioeconómica. Daí as tarefas e/ou ações a desenvolver nas áreas da cultura, da formação, da investigação científica e do desenvolvimento económico social. O que trará consigo, além do mais, a criação de um polo de desenvolvimento regional, com incalculáveis benefícios para o próprio país.
A aproximação do termo da construção da barragem, nos finais dos anos sessenta, levou o autor deste texto a estabelecer um programa de salvaguarda do património cultural de Vilarinho. Daí surgiu a ideia da construção do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna.

Vários anos se passaram, e o Museu, feito com as próprias habitações da aldeia submersa, foi, finalmente, construído, pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, segundo projeto dos Arq.ºs João e Delmira Rosado Correia, a escassos Km da antiga povoação de Vilarinho. A inauguração do edifício foi feita pelo, então, primeiro-ministro, Prof. Doutor Cavaco Silva, em 14 de maio de 1989.

Nesse Museu pretende-se, principalmente, documentar a vida de Vilarinho da Furna, nas suas semelhanças e diferenças com a dos outros povos da região. E fazer dele um Centro de Cultura polivalente, com as necessárias infraestruturas para o desenvolvimento cultural e científico, ao serviço das populações da região em que se insere. O que começou por implicar o equipamento, ainda que modesto, do próprio Museu.






Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna



Albufeira de Vilarinho da Furna



Além da exposição permanente, deverão ser organizadas, no Museu, exposições temporárias, quer com o acervo do próprio Museu, quer com outras peças etnográficas e/ou obras de arte. E, para possibilitar a investigação, terá de haver uma Biblioteca e Centro de Documentação, com os indispensáveis meios audiovisuais.

Nas instalações do Museu estão também a funcionar a sede d'AFURNA e as Portas do PNPG, com uma exposição sobre a serra do Gerês.

Está na altura de se proceder a uma ampliação das coleções existentes, com novas recolhas a ser levadas a cabo entre os antigos habitantes de Vilarinho da Furna e em todas as povoações do concelho de Terras de Bouro.

Por outro lado, há necessidade de continuar a estudar cientificamente a documentação etnográfica existente, bem como avançar com a pesquisa arqueológica, histórica, económica, biológica, demográfica, etc., da região.

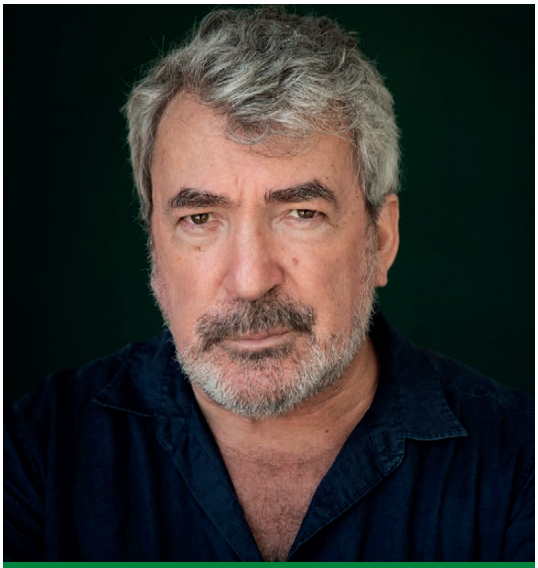
E, com a organização regular de palestras, colóquios, seminários, congressos, far-se-á do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna uma verdadeira instituição cultural e científica, ao serviço da sociedade em que se insere, nesta zona que bem carece de fomentar um coerente desenvolvimento regional, ao serviço das populações que aí habitam.

Neste momento, é muito gratificante verificar que, em torno do Museu de Vilarinho, já se constituiu um interessante Núcleo Museológico com as Portas do PNPG e o Museu da Geira, aberto ao público em 2013, assim como surgiram algumas empresas, nas redondezas, com uma excelente oferta turística, aproveitando os recursos desta região. Além do Museu Subaquático de Vilarinho da Furna, em funcionamento regular desde 2001, com largas dezenas de mergulhadores a visitar, anualmente, a antiga aldeia submersa.

O meio rural, com o seu tradicional modo de vida, está hoje seriamente ameaçado por toda a Europa. A destruição, pura e simples, da aldeia comunitária de Vilarinho da Furna é disso um exemplo típico. Mas, parte do seu património conseguiu sobreviver. É esse mesmo património que os antigos habitantes de Vilarinho se propõem salvaguardar e valorizar. Protegendo a natureza, desenvolvendo a cultura e a ciência, criando postos de trabalho, melhorando as condições de vida das populações locais, com um projeto de turismo sustentável.

No interesse do nosso povo. Para benefício do país.

André Nuno de Araújo Laires Mendes Gago é um ator, encenador e escritor português



# Ontem às 13.30
## Vilarinho

**André Gago**

Uma Guernica das águas, aniquilada por um dardo aquoso lançado sobre uma aldeia indefesa, assim uma vez e outra vez, à falta de um quadro que nos ilumine as trevas da tua tragédia, as tuas ruínas emergem para nos lembrar a tua desdita, ó outrora Vilarinho da Furna, aldeia tão insubmergível quanto a mão crispada de um náufrago morto, que permanece, porém, para sempre entrevista à superfície das águas assombradas — como acontece no sarcófago do Mediterrâneo, vergonha de todos nós. Ó povos náufragos, submersos, afogados. Ó aldeia, molhe de pedras confusas do que foram casas, ruas, janelas, esquinas e prolongamentos de usos e conversas, fios de roca dos dias fiando-se pelo dédalo das tuas ruas agora apenas supostas, entre derrocadas e lamas. Ó pequena Palmira acossada, erigida no recôndito de um vale feliz, empresa de pedras erguidas em corte exacto, rectilíneo, herança e testemunho de um génio romano, tu, aldeia, és também o exacto testemunho da farinha com que caem os impérios.

Sucumbiste à barragem que susteve o curso do rio que apenas banhava, gentil, os teus campos, e que obrigaram a engolir-te. Foste expulsa de teu lugar. A tua ruína é testemunho de um acto de desprezo. Quiseram roubar-te primeiro a montanha, a serra destes lugares inóspitos que era o pasto das tuas cabras e do teu gado. Enfrentaste com brio e denodo aqueles que queriam plantar um jardim de arvoredo nas tuas terras de sempre. Ah, o sonho de um contínuo florestal, da Alemanha a Portugal... Ah!, ter uma pequena Suíça mesmo aqui ao pé, à mão de semear... Que chic!

Enfrentaste o terreiro, o paço, a corte, o ministério, a repartição. E ganhaste. A tua vitória foi também a tua desgraça. Ficaste marcada. Quando surgiu do nada a oportunidade de te afogar com o rio que era o teu, lutaste de novo com todas as tuas forças. Mas, desta vez, perdeste o combate. A barragem venceu, embora ninguém saiba ao certo que mérito ou préstimo tem. É um troféu triste.

O teu êxodo foi inevitável. O teus foram dispersos, a fuga foi precipitada, uma ideia bruta, alheia e estranha à tua vontade, veio dizer o que era melhor para todos: o melhor para todos era que desaparecesses. Esse foi o preço que todos, ainda hoje, de uma ou outra forma pagamos. Quando te visitamos, visitamos uma cicatriz. Contemplamos um osso. Vemos o que resta de uma civilização. Não compreendemos. Não te compreendemos, na exacta medida em que permaneces. E esse é o teu mistério maior.

És um mito. E, porque a tanto subiste, o profano e o sagrado em ti se dão as mãos, como em todos os mitos sucede. És visitada por hordas de gente que nada sabe de ti: seremos todos, para ti, talvez, os bárbaros. Mas, ainda assim, visitamos-te. As pessoas aventuram-se na tua ruína pronunciando as mesmas barbaridades com que massas de turistas, ano após ano, percorrem Veneza, Pompeia, Conímbriga ou Atenas. És grande entre as grandes, e a tua grandeza advém também de seres tão pequena e tão forte e tão perene.

O conflito, esse, permanece para além de ti, na continuação do teu drama.

O jardim plantado, com mimosas de beleza retráctil, mede forças com os que habitam estes lugares. Ainda hoje, alguém estranho a estas serranias, a estas paragens, a estes modos de vida, insiste na ideia de que sabe, no remanso dos gabinetes, o que é o melhor para os que aqui vivem do que os próprios. É uma velha história.

Revisito-te em tempo de secura, agora que a seca assola a Europa e os rios são um fio exangue. A tua ossatura está mais à vista que nunca, e impressiona a extensão do que foste. Caminho por ti com a solenidade que pede o teu testemunho, entre a vozearia dos veraneantes, que espanta os pássaros e o silêncio. Dialogo contigo desde o tempo em que os outros eram adultos, atravessei contigo as décadas, fantasiei-te ao longo de trezentas e tal páginas, atrevimento meu com que te quis dar prova da impressão que em mim causaste, e agora os meus joelhos cansados galgam ainda as tuas pedras tombadas. Tiro fotografias. Paro absorto, sem saber pensar. A memória é um dom. Tudo o que é vivo permanece nela. Por isso estás viva, Vilarinho. E em mim permanecerás também, enquanto eu viver.

**Campo do Gerês, 1 de Setembro de 2022**

João Aguiar Campos nasceu no ano 1949 em S. João do Campo, Terras de Bouro (Braga); foi ordenado padre no dia 25 de março de 1973 e, entre 1974 e 1976 frequentou Ciências da Informação na Universidade de Navarra, Espanha



# Passado com futuro

**João Aguiar Campos**

Escrevi, um dia, que "tenho uma aldeia" dentro de mim. Acrescento, alargando a ideia, que dentro de mim cabe um concelho: Terras de Bouro, com as suas gentes e tradições; património cultural e natural; com passado, realidades e sonhos. Sim, passado e sonhos — porque o nosso passado é garantia de futuro!...

Estas terras de serras, planaltos e vales têm tudo para ser felizes. Que bem o disse Torga, no seu Diário VII: "*Há sítios do mundo que são como certas existências humanas: tudo se conjuga para que nada falte à sua grandeza e perfeição. Este Gerês é um deles*".

Percorrer as nossas aldeias é pisar tapetes de missa nova onde as folhas de outono são pétalas castanhas de boas-vindas.

As fontes das aldeias são baptismais. Não acreditasse eu no carácter do sacramento, haveria de nelas me lavar, uma vez e outra, de defeitos originais...

> Percorrer as nossas aldeias
> é pisar tapetes de missa nova
> onde as folhas de outono
> são pétalas castanhas
> de boas-vindas.

As casas, hoje, já não fumegam nas telhas vãs, nem as portas empenadas trazem à soleira os vapores das panelas de ferro. Mas a memória sente a água de unto ou as couves a ferverem com feijão e tora.

A memória diz também nomes, rostos e pedaços de conversas:

— Oh Jão, a tua mãe está em casa, meu filho?... Precisava que ela me emprestasse fermento para a fornada e meia peneira de farinha centeia. Depois de amanhã o moinho é nosso e já lhe pagava!...

— Vá lá já, que logo ela vai para Figueiredo e pode demorar!...
Os caminhos da aldeia vão ter a todos os sítios e corações...
Mais que num sítio, em Terras de Bouro, sente-se um estado de alma.
Escrevi-o num painel que está no Parque de Cerdeira:

Aqui não é um sítio.
Aqui é um estado de alma, escrito na pedra
com linhas de água
ou bordado a verde pelo bico dos pássaros.

Aqui os nomes cheiram a flores silvestres
de olhos beijados
pelos lábios das abelhas;
e quando o vento passa aqui
chora nas esquinas para se despedir...

Aqui o sol é janela acesa
e o luar é telha de vidro;
a chuva, cordas de harpa
estendidas do céu...

Amigo,
quando encontrares o amanhã
ele há-de dizer-te que nasceu aqui!...



Video
***ENTREVISTA MARIA ADELAIDE***

# Última entrevista
## Maria Adelaide de Freitas Soares

**Entrevista: Avelino Soares**

Quisemos ouvir a D.ª Adelaide de Covide para, com ela, podermos percorrer o seu longo caminho de vida, que contava com 96 anos, e saber dos motivos e motivações que lhe instigaram uma total entrega às causas sociais, na sua terra natal, em Covide.

Fomos ao seu encontro no Centro Social, onde estava internada como utente do Lar.

Encontrá-la-íamos, noutros tempos e noutras circunstâncias, no meio dos utentes, das crianças, dos formandos e formadores, ou dos trabalhadores que, sob a sua orientação, erigiram de forma difícil e faseada a obra que se desenvolveu naquela terra.

Encontrámo-la, algo vergada pelo tempo que, mesmo assim, não lhe retirava o entusiasmo em relação ao provir e à vontade, sempre presente, de ajudar e dar ideias sobre o que queria e gostaria de ver concretizado.

Gostava das coisas simples, da simplicidade e sonhava ainda com uma sociedade entusiasmada com o coletivo e nunca em fuga para a frente, desprezando ideias e valores que o mundo hodierno teima em ignorar.

Falar com a D.ª Adelaide, mais do que ouvi-la foi colher ensinamentos, orientações e saberes que servirão de lenitivo para a alma e de estimulante para quem lhe quiser seguir as pegadas.

A D.ª Adelaide, era natural de Covide, Concelho de Terras de Bouro e iniciou a sua vida profissional no Serviço Distrital de Braga da Junta Central das Casas do Povo, tendo sido integrada na Caixa de Previdência (Segurança Social de Braga) quando em 1987, o Serviço Distrital e as Casas do Povo acabaram por ser extintas.

**A: D.ª Adelaide fale-nos sobre a decisão que tomou em vir trabalhar para Covide.**

**MA:** Olha, foi fácil. Eu achava que não estava a fazer nada lá na Segurança Social, onde havia muita gente para tratar dos assuntos relacionados com as casas do povo.

Impulsionada pela vontade de servir a minha terra, onde entendia que poderia ser mais útil, pedi ao Diretor da Segurança Social para me permitir que exercesse as minhas funções profissionais, na minha aldeia, dando continuidade ao Centro de Educação Familiar, no qual se integrava a Obra das Mães, cuja atividade se havia iniciado em 1976.

Este movimento tinha por finalidade "estimular a ação educativa da família, assegurar a cooperação entre esta e a escola e preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternais, domésticos e sociais".

A Obra das Mães, dava assim uma excelente ajuda às famílias em que, entre outros apoios concedidos, também fornecia refeições escolares gratuitas.

Sabes, o que eu gostava mesmo era de estar no meio das pessoas e ajudá-las naquilo que que eram as grandes dificuldades do dia a dia e, ao mesmo tempo, dignificar o trabalho da mulher.

Foi o que procurei fazer criando um grupo de bordadeiras e retomando o ciclo do linho, que os nossos pais e avós tão bem sabiam tratar, desde a sementeira ao fabrico do tecido nos velhos teares.

As tarefas domésticas também eram motivo de particular interesse.

**A: Mas a D.ª Adelaide não se contentou em ficar só por aí, que já não era pouco, mas também se abalançou para uma outra área de grande importância e comprovada necessidade, avançando para o apoio à terceira idade. Fale-nos dessa façanha.**

**MA:** Sim, foi mesmo uma façanha. Eu via que os velhinhos, cada vez mais, iam ficando sós. Uns partiam para o estrangeiro, as mulheres, para além das lides de casa, também tinham os campos para amanhar e eu achava que tínhamos que tratar de criar condições para acolher aquelas pessoas que ficavam em casa, com grandes dificuldades, mesmo para fazer as tarefas mais simples.

Falei com o Padre, com os membros da Junta, lá nos reunimos e passado pouco tempo estávamos a trabalhar para construir aquela casa que agora está abandonada.

Mas temos esta nova (referindo-se ao Lar onde estava internada, como utente, e que deu continuidade à obra da qual ela foi pioneira).

Em 1982 tínhamos o Centro Social a dar os primeiros passos.

Esta obra não ficou só por Covide, acabou por ser replicada, também com a nossa colaboração, na freguesia de Souto, em Moimenta, em Rio Caldo e no Vilar da Veiga.

**A: E a Associação Pedras Brancas como surgiu?**

**MA:** Sabes, umas coisas puxam as outras. Com as atividades que se foram e iam desenvolvendo no Centro de Educação Familiar e no Lar, começávamos a ter demasiado material para comercializar, pelo que demos origem "à empresa individual Centro de Artes e Ofícios Tradicionais ".

Tendo surgido apoios para aquele tipo de iniciativa, com a colaboração da Câmara Municipal avançamos para a criação daquele espaço, com a construção de um edifício com dois pisos que, pela sua localização, tomou o nome do lugar.

Surgiu assim, a Associação Pedras Brancas no ano de 1993.
Esta Associação teve tempos de muita atividade, seja com a produção de peças de linho que nos levaram até à feira internacional de Hannover, na Alemanha, seja com inúmeras ações de formação que deram ganho e conhecimento a muitos participantes.

Mas as nossas peças de linho atingiram muita importância, não só por se tratar de um trabalho que resultou em muitas peças de requinte, como por termos recriado as toalhas de bainha aberta, vulgarmente conhecidas por toalhas de água às mãos que correram mundo.

Uma das nossas toalhas em linho foi para a Rainha de Inglaterra e outra foi oferecida ao nosso Presidente da República, Jorge Sampaio, quando veio a Covide.

**A: Fale-nos da Fundação Calcedónia. Porque surgiu e com que fins?**

**MA:** A Fundação Calcedónia integrou-se na vontade contínua, que eu tinha, de fazer mais e de criar mais respostas e melhores condições para as gentes de Covide, para a minha terra e para o Concelho de Terras de Bouro.

Para criar a Fundação tinham que haver dadores e eu acabei por doar todo o património que tinha.

A Fundação tem por fim principal o desenvolvimento rural, pelo que foi designada Fundação Calcedónia – Fundação para o Desenvolvimento Rural.

A Fundação surgiu em fevereiro de 1996.

O Cantinho do Antigamente, que faz parte da Fundação propunha-se revitalizar os saberes e os sabores da gastronomia da nossa terra, na sua originalidade e na forma simples de confecionar os alimentos.

Depois também avançamos com a plantação de ervas aromáticas, procurando-se trazer ao de cima o conhecimento e a importância que estas tiveram e ainda têm no tratamento de doenças e como temperos na culinária.

**A: A D.ª Adelaide foi condecorada pelo senhor Presidente da Republica, Dr. Jorge Sampaio, com o Grau de Oficial da Ordem de Mérito em 6 de março de 1998. O que representou para si esta honrosa distinção?**

**MA:** Olha, foi isso mesmo, senti-me honrada. Mas acima de tudo senti-me orgulhosa por ter sido uma atribuição inserida na comemoração do dia da Mulher.

A mulher, teve sempre um papel relevante na organização da família, da comunidade e da sociedade em geral. Nem sempre lhe foi reconhecido esse papel e esse valor na sociedade.












Como mulher, fiquei muito contente com esta distinção. Não é a medalha que me importa mas o seu significado.

**A: Com uma vida dedicada à causa social e em concreto à solidariedade no nosso Concelho, o que nos leva a considerá-la "A Mãe da Solidariedade no Concelho de Terras de Bouro", o que quer deixar como mensagem, depois desta nossa conversa?**

**MA:** Quero dizer-vos que a Adelaide foi uma jovem feliz, sonhadora, empreendedora, mas simples e humilde. Contactava com todos, pedia apoio, sugestões, pareceres etc.

Firme e inabalável na defesa do bem comum, nunca esteve só. Gostava de partilhar os meus ideais, trabalhar com as pessoas. Por vezes fui incompreendida, mas não havia lugar para desânimo.

Foram estes princípios de uma infância, adolescência e juventude que a Adelaide teve a felicidade de ter e que se refletiram pela vida fora.

Sempre acreditei na vida, na beleza, no amor, num ideal de serviço, sem esperar recompensa.

Houve coisas que fiz bem, outras menos bem e outras mal.

# Brufe
## Uma freguesia com história

**José da Mota Alves**



Vista Geral sobre a aldeia de Brufe

Há locais no Minho que merecem uma visita calma, para descobrir os cantos e recantos, onde tudo se conjuga para que, tudo, seja recordado e se volte a visitar, porque a sua grandeza e perfeição são inigualáveis. Brufe é um desses locais que merece ser descoberto com todos os seus encantos e histórias que apaixonarão os que mergulharem nas entranhas ancestrais de uma aldeia que se revelou ícone do exemplo e vontade de vida própria e resistência às contrariedades do tempo.

A freguesia de Brufe é composta por dois lugares: Brufe e Cortinhas. Outrora esta freguesia, segundo alguns historiadores, conjuntamente com Cibões compunham o concelho de Vila Garcia, que tinha o lugar de Gilbarbedo como sede deste município. Brufe não aparece nos Forais Novos do Minho, nem no Foral de Regalados, de 13.XI.1513, onde constam as freguesias de Gondoriz e Cibões nem no de Bouro, 20.X.1514. Sabe-se que Brufe aparece em 1835 no concelho de Bouro, hoje Terras de Bouro. Por curiosidade o Concelho de Terras de Bouro foi extinto entre 14.VIII.1895 e 13.I.1898, sendo incorporadas parte significativa das freguesias no concelho de Vila Verde e outras em Vieira do Minho e Amares, que após a restauração voltaram a compor e dar vida ao concelho de Terras de Bouro, consta-se que no dia da restauração o portador da Carta Real foi recebido no limite de Terras de Bouro com Amares pela Banda Musical de Carvalheira que acompanhou o cortejo até Covas, sede do concelho.

Menciona-se, ainda, Brufe como freguesia mesmo que hoje faça parte de um agrupamento de freguesias resultado da reforma administrativa do início da segunda década do século XXI. Sendo esta freguesias a que menos população tem do concelho de Terras de Bouro, não deixa de ser grande em histórias e na sua história secular.

Brufe é uma freguesia de montanha, situada a meia encosta na vertente nascente/sul da Serra Amarela, que tem no seu sopé o Rio Homem e que tem como vizinho próximo a Galiza. Viajar pelo território desta freguesia será levar-nos a caminhar por trilhos de pastores, que se organizavam à vez para acompanhar a sua rês nas pastagens nas encostas da Serra Amarela ou no planalto de Mixões da Serra.

Toda a zona de pastoreio era frequentada pelo lobo ibérico que saía do seu covil onde se acoitava para atacar os indefesos animais domésticos. A quantidade de lobos existentes e o número de ataques era tão elevado que obrigou a população a construir um fojo, denominado *Fojo do Lobo de Brufe*, que se situa na encosta nascente da Serra Amarela. Este imóvel não tem as dimensões de outros existentes no concelho de Terras de Bouro nem o existente na freguesia de Gondomar do atual concelho de Vila Verde, era mais pequeno, mas funcionou sempre que se organizavam batidas a este feroz animal. Conhecer todo os ritos associados aos fojos do lobo, será conhecer parte impor-



Manteigueira



Relógio de sol

tante da cultura do povo residente nos lugares mais próximos destas estruturas graníticas, com cerca de 1,5 a 2 metros de altura e com capeado mais saliente para o seu interior. Visitar este espaço e imaginar a batida de batuques, de ferro nas sacholas e o alarido de quem afugentava um bicho mau, será recuar muitas décadas e ver o lobo a caminhar junto ao muro, vigiado por pessoas empoleiradas nos portelos encravados no muro, assistindo ao caminhar desconfiado da fera, até cair na ratoeira que lhe estava destinada e ocultada com giesta sobre o fojo ou poço onde iria cair, para depois ser vingada a malvadez que tinha feito à rês que foi dizimando durante a sua vida.

Esta freguesia tinha nos seus dois lugares cerca de uma dúzia de rebanhos de caprinos, que teriam mais de dois milhares de efetivos, contando-se no lugar de Brufe seis rebanhos com cerca de mil cabras, onde existia uma vezeira que era acompanhada diariamente por duas pessoas diferentes. Como ditavam as regras das vezeiras, os proprietários dos rebanhos iam-se revezando em cada dia, passando por todos a obrigação de acompanhar os rebanhos em cada um dos dias que pastoreavam no monte. Tarefa que poderia ser da responsabilidade dos homens ou das mulheres, sendo estas quase sempre as jovens da casa, porque às mães cabia a responsabilidade da lide doméstica diária, do cultivo da horta e no apoio nos trabalhos agrícolas.

Eram estas jovens, que durante o período em que tinham sob a sua responsabilidade todos os rebanhos, dedicavam algum do seu tempo à tarefa dos bordados, donde saíam os lenços de namorados para oferecerem ao seu amado.

Quando este o aceitava era sinal de compromisso sério, e que mais tarde resultaria em casamento. Para além dos bordados, fiavam lã para, de seguida, tecerem as mantas das camas, o tecido para os aventais de costas, de frente e de cabeça usados pelas mulheres no inverno.



As mulheres usavam habitualmente aventais de frente que tinham dois bolsos, tendo estes, geralmente, duas faixas de tecido diferente na parte de baixo que lhe conferiam alguma elegância. Estes aventais eram também utilizados na colheita de feijão para colocarem esta leguminosa ainda na vargem e, depois de seca, ser malhada e separado o feijão, onde predominava o amarelo, o miúdo e o de mistura.

Calcorreando os lugares de Cortinhas e de Brufe verifica-se, ainda nos dias de hoje, a existência de bouças cercadas de muros de granito que se destinavam a colocar os rebanhos nos dias de muita chuva, de muito frio ou nos dias festivos, como nos dias de Páscoa e de Natal. Esses dias eram dias de descanso para quem acompanhava as vezeiras, não alterando a ordem de quem tinha sob a sua responsabilidade o cuidado de todo o rebanho que pertencia a vários proprietários. Nos dias de chuva as mulheres ou homens que acompanhavam o rebanho utilizavam para se protegerem da intempérie os coruchos, que abrigava da cabeça aos pés ou a croça que era composta por duas partes, uma dos ombros aos pés e outra da cabeça aos ombros, sendo sempre confecionadas de junco seco e em diversas camadas para se tornarem impermeáveis.

Em cada passo que se dá, em cada pergunta que se faz, em cada olhar direcionado e em cada pormenor, descobre-se sempre



uma diferença que merece um registo, um apontamento, uma fotografia ou uma segunda visita. É assim que se vai descobrindo uma das freguesias icásticas do concelho de Terras de Bouro, onde tem de se parar quando se passa, para refrescar as mãos e a cara com a água fresca que corre no rego ou a que cai da bica da fonte. Sentir a brisa fresca, ouvir o chilrear de um pássaro, contemplar a paisagem do Vale do Homem, e deslumbrar com um olhar mais atento sobre os socalcos pendurados na vertente voltada a sul, ou ainda, os campos a norte que ligam os lugares de Cortinhas e Cutelo. São imagens que apenas se contemplam com uma visita demorada e com o calcorrear das calçadas dos caminhos do contrabando ou de ligação entre lugares.

Brufe foi lugar de passagem e paragem de contrabandistas, de pessoas que vendiam para Espanha ou compravam para trazer para Portugal produtos alimentares, ferramentas para trabalhos agrícolas, ou tecidos para fabrico de roupas, por alfaiates para homem ou modistas para mulheres.
Este lugar foi um dos lugares que marcaram a rota da sardinha salgada, que era levada de Portugal para Torneiros e Villameá, separados por cerca de cinco horas a pé, transportada do litoral norte de Portugal até ao limite do concelho de Vila Verde em carro de bois ou de cavalos que depois seguia para Espanha, pelos caminhos que só alguns conheciam, que tinham como lugar de paragem e de pernoita este lugar icástico de Brufe, razão porque a partir de determinada altura foi aí criado o quartel, que não era mais do que uma casa que albergou a guarda que fiscalizava e tentava combater o comércio ilícito entre os dois países vizinhos.

Percorrendo as ruelas do lugar temos em cada casa uma história que merece paragem para se conhecer de modo mais profundo quem por lá viveu e o que em determinado período conseguiu albergar. A Casa dos Freitas albergou pessoas refugiadas da II Guerra Mundial e da Guerra Civil Espanhola, a Casa do Gaio foi residência do senhor José Maria Gonçalves Gaio, endireita conhecido do concelho de Terras de Bouro e dos concelhos vizinhos que a ele recorriam todos aqueles que tinham sofrido entorses ou fraturas, que diziam ter mãos milagrosas. A Casa do Padre com a sua porta principal com almofadas em talha, em alto relevo, onde se encontravam esculpido motivos de caça, porque era um fulgurante caçador. Estas duas últimas casas situavam-se no largo do Chamado, onde existiam, e continuam a existir, bancos de pedra e um relógio de sol, para se sentarem quando os homens se reuniam, depois de chamados pelo som do búzio ou de um corno de vaca, para discutirem assuntos sérios do lugar.

O lugar de Brufe tinha têS relógios de sol situados na fachada de três casas, em locais diferentes, garantindo aos seus habitantes o conhecimento das horas para que se orientassem no tempo. Estes relógios sendo privados tinham uma função pública, porque todos eles estavam junto de caminhos públicos.

Nestas reuniões discutiam-se o início dos trabalhos agrícolas, das sementeiras, das sachadas e das colheitas, da limpeza das poças e dos regos para início das regas, das alternâncias dos tornajeiros, das vezeiras, do incumprimento de compromissos por algum dos habitantes, dos negócios com a vizinha Espanha, de transporte de animais para venda nas Feiras de Covas ou de Pico de Regalados e de outros assuntos de interesse para a vida coletivas dos vizinhos.







Brufe


EM 1706 BRUFE
NÃO DAVA HOMENS
AO SERVIÇO MILITAR
MAS HONRAVA O PAIS
NA LUTA CONTRA
O INVASOR



Lugar de Cortinhas

Discutiam-se as reparações e utilização dos moinhos coletivos, porque nem todos os doze moinhos eram de um único proprietário, sendo alguns de uso partilhado.

Ao visitar os moinhos, que se localizam no ribeiro de Brufe, deve reparar-se nos pormenores dos grafitos ou símbolos dos moleiros que se encontram nas ombreiras e padieiras das portas de entrada. Símbolos semelhantes também se encontram em algumas casas e cortes do lugar.

Os moleiros exorcizavam os seus espaços, com símbolos gravados no granito na entrada principal do seu moinho como medida protetora contra o mau olhado de vizinhos e de forasteiros. No acesso entre cada um dos moinhos, na estação de outono, encontram-se flores lilases com estames amarelos, conhecidas como quita-merendas ou popularmente conhecidas em Brufe como tolhe-merendas.

A farinha moída em cada um dos moinhos de rodízio era transportada geralmente pelas mulheres, à cabeça, em foles de pele de cabra.

A população desta freguesia, como de outras freguesias de montanha, utilizavam também as peles de cabra para os odres que serviam para transportar o vinho que compravam a agricultores, fossem eles residentes no lugar ou em lugares vizinhos. A população de Brufe habitualmente comprava vinho a agricultores do lugar de Vilarinho da Furna, produzindo-se neste lugar "vinho americano" ou vinho de uva "jaquê".

Fala-se dos barbeitos e de quem ajudaria nessa tarefa singular, que exigia apoio de vários vizinhos, tanto no corte da giesta como na preparação da terra para a sementeira do centeio. Após esta tarefa de corte da giesta e produção de centeio, num único ano, repetia-se a mesma tarefa volvidos treze ou quinze anos, crescendo a giesta que seria podada para garantir o bom crescimento até voltar a ser cortada.

A giesta tinha uma grande importância para a economia doméstica porque proporcionava ramos para as vassouras, permitia construir os abanadores, dava troncos e canos de ramos para os canastros de varas e ramos para a cobertura, construíam-se as caniças dos carros de bois e cancelas das bouças, proporcionavam a construção de vedação de alguns campos, garantiam lenha para a lareira conjuntamente com os ramos da poda dos carvalhos, tinha uma vastidão de utilizações que lhe davam um valor inestimável.

O valor do cultivo tão espaçado permitia uma múltipla utilização à idade bem adulta, razão para este espaçamento de tempo. Os barbeitos era uma tradição enraizada na população de muitas aldeias de montanha.

Falarmos de Brufe será também falarmos de muitos lugares vizinhos das encostas da Serra Amarela, onde predominava a vivência comunitária. Todos estes lugares tinham, desde D. Dinis, a obrigação de defender a linha de fronteira com a Espanha entre o cume desta Serra até à Portela do Homem, ficando para isso os mancebos dispensados do cumprimento do serviço militar.

A população, para dar maiores garantias de sucesso nessa defesa da fronteira, construiu uma trincheira garantindo melhores condições de defesa, podendo, ainda hoje, observar-se essa construção demonstra a capacidade de organização desta população e a sua vontade em honrar os compromissos assumidos com a Casa Real portuguesa.

Brufe, nos últimos trinta anos, foi beneficiando de múltiplos apoios financeiros, através da ATAHCA (LEADER, CENTRO RURAL e AGRIS), permitindo a recuperação de muitas das suas casas, do seu património cultural construído, de transformação de casas em unidades de Turismo no Espaço Rural, oferecendo alojamento de qualidade aos turistas. Para quem visita Brufe poderá degustar os produtos e sabores da gastronomia da região num restaurante de referência e poderá, ainda, percorrer o trilho das Casarotas ou o da Sardinha Salgada, usufruindo das belezas paisagísticas de uma encosta que nos obriga a impregnar em todo o seu interior para sentirmos todos os sentidos que nos despertam prazeres que este território nos oferece.

Vale a pena descobrir os cantos e recantos, os mitos e ritos, as lendas, as vivências, os usos e costumes, os cheiros e sons típicos de cada estação, os sabores que a terra nos oferece e imaginarmo-nos mais um dos residentes.



# O NOSSO BOM JESUS DAS MÓS

Na “minha decantada Carvalheira” como lhe chamava o Padre Martins Capela

**Pe. Fernando Bento**



A freguesia de Carvalheira, apelidada de "a minha decantada Carvalheira" pelo Pe. Martins Capela, segundo alguns testemunhos fidedignos, orgulha-se de carinhosamente preservar a singular e aprazível estância do Bom Jesus das Mós, um dos mais significativos *ex-líbris* do concelho de Terras de Bouro.

É no sopé da Serra Amarela, mais concretamente no Monte das Mós, alicerçado num considerável bloco granítico, que se encontra a imagem do Bom Jesus das Mós, um imponente monumento de onde se vislumbra a freguesia de Carvalheira e todo o vale do rio Homem. Trata-se de um majestoso pedestal erigido ao Sagrado Coração de Jesus, que se assemelha a uma torre de menagem de um qualquer castelo roqueiro medieval, ali implantado sob a égide, a vontade indomável do Padre Manuel José Martins Capela, cuja construção teve início no remoto ano de 1902, vindo a ser inaugurado a 13 de julho de 1913.

O processo de construção de tão vultuoso e emblemático empreendimento ficou marcado por vários momentos singulares, nomeadamente o do transporte da estátua evocativa, que, com partida iniciada na cidade de Braga, viria a percorrer o traçado de uma das ex-vias romanas (vulgo geira romana) que ligavam Bracara Augusta a Astúrica (Astorga), apenas chegando ao destino final ao fim de morosos e longos quatro dias de viagem, numa gesta que assumiu contornos de particular simbologia, de pungente emotividade e até de alguma heroicidade.

BOM
JESUS
DO MONTE
DAS MÓS



O Bom Jesus das Mós tornou-se num local mágico de visita obrigatória, onde é possível desfrutar da comunhão do culto religioso com a mãe Natureza, não estivesse este grandioso complexo envolto pela paisagem única, verdejante, pura, palpitante com que a Serra Amarela brinda quem a visita. Subir ao miradouro e, aos pés da esculpida imagem do Sagrado Coração de Jesus, observar o vastíssimo e encantador vale do rio Homem é uma daquelas experiências vivenciais de que verdadeiramente se pode dizer que enchem a alma de qualquer mortal.

Foi a primeira edificação religiosa implantada no então inóspito Monte das Mós, a que se sucederam outras igualmente de cariz religioso: a capelinha de N.ª Senhora da Soledade, a capela do Imaculado Coração de Maria e a Via Sacra.

Associado a tudo isto acabou, inevitavelmente, por se construir um parque de merendas, que tornou ainda mais convidativo e aprazível aquele espaço de serenidade, proporcionando, para além do bem-estar espiritual, melhores condições para um mais prolongado repouso e salutar convívio a quem a ele aflui.





1ª Peregrinação ao Bom Jesus do Monte das Mós

Tem, pois, a população da Carvalheira muitas razões para se sentir orgulhosa desta prodigiosa estância de devoção e de lazer a que incansável e louvavelmente tem dispensado toda a atenção ao longo dos tempos, dotando-a progressivamente de excelentes condições, sem adulterar a admirável e deslumbrante envolvência panorâmica, pautada por uma Natureza pródiga em formas agrestes que, pelo seu silêncio, aspereza e imensidão, nos incita a uma convivência com o sagrado e com o sentido estético da existência.





# Mais do que um passeio por Terras de Bouro

João Luís Dias

De Brufe às Termas do Gerês







Subi a Brufe e parei para uma visita à aldeia, onde o rústico, o bucólico e o silêncio respiram o mesmo ar fresco e puro da serra e do céu.

Dali, olho, no mesmo plano de altitude e aconchegada também no mesmo rústico silencioso, a aldeia de Cutelo, da freguesia, confinante, de Cibões; o mais elevado de todos os seus lugares. Fascinou-me o colorido dos telhados lavados, como que se aprumados com esmero para uma festa de verão. Quase ninguém mora nela. Quase ninguém lá está, para romper as pedras que a calçam.

Em Brufe, ainda, olho, antiga e construída em pedra crua, tal como todas as outras casas da aldeia, a "Casa do Teifas", que, segundo lápide cravada na parede dela, diz ter acolhido, durante a Segunda Guerra Mundial, milhares de pessoas, que por necessidade económica recorreram às Terras do Homem e Cávado, iludindo a fome e o medo. Mesmo ao lado da estrada que atravessa a aldeia, um busto em pedra lembra e eterniza José Maria Gonçalves – o "Gaio de Brufe" – que durante tantos anos serviu, a troco dum sorriso, como "endireita", todos os que a ele se socorriam, quando lesões ósseas (quebras e entorses) os faziam padecer.

De Brufe, olho também, no sentido sul, a descer em serpentina, as águas lentas do Rio Homem, que vão sem saber para onde, porque, com certeza, se apegaram ao verde e ao perfume que as ladeia, vão, contrariadas, para algum outro lugar.

Tudo que vejo do cimo da aldeia, num estender do olhar, mais parece um quadro que a natureza pintou em hora de inspiração maior.

Desço, por estrada de asfalto, para a albufeira de Vilarinho da Furna e vou olhando para lá do rio, as veigas de Carvalheira, rodeadas de mata e urze, presenteando-me o sentir.

Tudo o que mais vejo, em cada ponto/mira do olhar, é serra, pedras e paisagens deslumbrantes.

Apetece ficar ali, parado, pasmado e embriagado de beleza. Que linda é a natureza, quando se nos apresenta assim!

Passo o rio pelo paredão da albufeira e olho o manto de água parada, lavada e aprisionada num peito de betão.

Subo para o Campo do Gerês e olho agora do lado esquerdo a enormidade da Serra Amarela. A seus pés permanece, quieta e ainda inconformada, o que resta da aldeia de Vilarinho da Furna. E permanece dela ainda muito, porque ficou e está nela toda uma vida que abraçou, alimentou e segurou até um dia. A saudade está ali cravada em cada parede e chão que restam. Será eterna, porque é eterno o que guardamos na memória e no fundo, profundo, do peito.

Continuo a viagem e vejo réstias da "Geira" – pedaços, ainda preservados, da estrada de ligação entre Brácara Augusta a Astorga – por onde Roma trazia e levava do seu Império.

Passo pelo Campo do Gerês, prendo o olhar na veiga verde-jante, com hortas limitadas entre si por pedrinhas alinhadas em pequenas paredes, como se construídas por brincadeira e olho, lá no interior da aldeia, um conjunto de casas de pedras esmeradas, como que se apertadas num abraço. Respira-se ali a ruralidade salpicada de aromas vertidos da flora da grandiosa Serra do Gerês, que a acolhe no colo.

À frente, no cruzeiro de pedra plantado no chão da estrada, volto à esquerda e subo em direção à Vila do Gerês.

Dum lado, que se chega por estrada em terra batida, a "Junceda" chama-nos para os cabelos lavados da serra, do outro lado, a "Calcedónia", de Covide, mostra-nos a grandeza da natureza vestida de granito, onde rebanhos vão comendo do pasto de erva tenra que cresce entre as fendas das pedras.

E continuo, agora numa descida derradeira e arrepiante, porque mesmo ao lado da estrada íngreme pousam-se, umas em cima das outras, pedras enormes, que parecem mostrar um número circense, tal a ousadia da posição delas, para além de beber nos olhos a magnífica e esplendorosa paisagem, com as pontes de Rio Caldo e a belíssima albufeira da Caniçada ao fundo, com a "Pedra Bela", do outro lado, a contemplar, como eu, o melhor que um lugar nos pode mostrar.

Chego às Termas do Gerês, carregado de prazer no peito, nos olhos e no sentir todo...

Chegou-me a sede. Sento-me na praça térrea das Termas e brindo com um copo de água pura que a serra verteu e me oferece.








Brufe
Vilarinho da Furna
Campo do Gerês
N 308-1
Lamas
Covide
N 307
Chamoim
N 304
Termas do Gerês
Vilar da Veiga
Legenda
Estrada Nacional 307
(Moimenta > Covide)
Estrada Nacional 304
(Covide > Rossas - V. Minho)
Estrada Nacional 308-1
(Rio Caldo > Portela do Homem)
Estrada de Brufe ao Gerês
(Brufe > Gerês)







Sandra Sarmento
Diretora Regional / Vogal do CD do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)



# A importância do Parque Nacional da Peneda-Gerês **enquanto ativo estratégico para o desenvolvimento regional e local**

**Sandra Sarmento**

As áreas protegidas têm vindo a ganhar uma importância crescente, enquanto capital natural que constitui um ativo estratégico para o desenvolvimento regional e local, mas sobretudo são essenciais para a conservação da biodiversidade do planeta.

Quando em 2019 a UE definiu uma nova agenda estratégica para o período de 2019 a 2024 e identificou as quatro prioridades, orientadas para proteger os cidadãos e as liberdades, desenvolver uma base económica forte e dinâmica, construir uma Europa com impacto neutro no clima, verde, justa e social

e promover os interesses e valores europeus na cena mundial, estávamos muito longe de imaginar que teríamos de passar por uma pandemia e, logo de seguida, ser expostos a uma guerra. Foram estas circunstâncias que marcaram fortemente estes últimos anos, evidenciando um conjunto de fragilidades e alertando para a necessidade de robustecer a União Europeia, criando economias mais resilientes, e mais recentemente foi necessário ponderar também a necessidade de garantir a segurança alimentar e a criação de uma nova infraestrutura energética, que garanta energia acessível, segura e sustentável para a Europa.

Mas, se na escala global fomos confrontados com um contexto pandémico e uma guerra, em paralelo com alterações climáticas, numa escala nacional somos confrontados com um país que evidencia grandes desequilíbrios entre o litoral e o interior, tornando-se necessário reforçar a coesão territorial e apostar claramente no desenvolvimento rural, numa perspetiva de sustentabilidade.

Neste contexto, as áreas protegidas têm vindo a ganhar uma importância crescente, enquanto capital natural que constitui um ativo estratégico para o desenvolvimento regional e local, mas sobretudo são essenciais para a conservação da biodiversidade do planeta. De facto, as áreas protegidas são consideradas por inúmeros cientistas como o mais importante instrumento que a humanidade já criou para conservar a natureza, a sua biodiversidade e para permitir o acesso da sociedade aos benefícios dela através do turismo de natureza, da investigação, do uso sustentável de recursos naturais e sobretudo dos serviços que os ecossistemas prestam para a sociedade em geral.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), tem uma área aproximada de 70.000 ha e desenvolve-se entre os planaltos da Mourela e o de Castro Laboreiro, incluindo as serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês e assumiu desde a sua criação um carácter pioneiro e inovador desde logo por se tratar do primeiro e único Parque Nacional, mas também pela mestria das linhas estratégicas subjacentes à sua criação. O carácter inovador deste parque está também fortemente associado ao Engº Lagrifa Mendes, primeiro diretor do Parque Nacional da Peneda-Gerês, responsável pelo desenvolvimento das grandes linhas estratégicas da criação do PNPG, muito inovadoras na época e reconhecidas internacionalmente. A ele ficou a dever-se a criação dos conceitos de "parque" e "pré-parque", tendo em vista uma integração harmoniosa entre os residentes na área do Parque, os visitantes e a conservação dos recursos naturais existentes e ainda outros conceitos muito atuais, como o de "Portas do Parque", o pagamento de indemnizações relativas aos danos provocados por animais bravios e outros como a previsão da partilha das receitas turísticas com os residentes do Parque.

Este reconhecimento nacional e internacional contribui para reforçar a importância deste património natural e cultural enquanto ativo estratégico para o desenvolvimento sustentado deste território. No entanto, a tendência crescente de aumento do número de visitantes e turistas no PNPG obriga a uma maior responsabilização e compromisso das entidades envolvidas na gestão deste território, por forma a garantir a convivência harmoniosa entre a natureza e as atividades humanas.

Em suma, esta importante área protegida configura um instrumento estratégico para conservar a natureza e a sua biodiversidade, permitindo o acesso da sociedade aos seus benefícios através do turismo de natureza, da investigação, e da utilização sustentável dos recursos naturais, mas sobretudo dos serviços que os ecossistemas disponibilizam, contribuindo para o desenvolvimento sustentado deste território. Assim, é fundamental continuar a apostar na conservação ativa deste património nacional, cientes da importância de envolver os habitantes do PNPG e todas as instituições com responsabilidade neste território e acreditando que é possível, investindo numa gestão de proximidade assente em modelos colaborativos de desenvolvimento sustentado, conter o despovoamento, criando valor e novas oportunidades para a fixação de pessoas e contribuir para a criação de uma Europa mais verde, coesa e mais preparada para enfrentar as alterações climáticas.



# Geira
## Via Nova na Serra do Gerês



Geira Romana

## DE BRACARA AUGUSTA A ASTURICA AUGUSTA

No século I depois de Cristo, foi construída uma nova via entre Bracara Augusta e Asturica Augusta. Geira ou Jeira é o nome popular da Via nova, designação inscrita em diversos miliários. Esta segunda ligação, entre as duas capitais do Noroeste Peninsular, na época romana, facilitou o acesso às regiões montanhosas do nordeste do território, sob o domínio de Bracara, e ao espaço ocidental sob controlo de Asturica.

No contexto da Hispania, e mesmo do conjunto do Império, é um dos caminhos melhor preservados. Nas milhas que cruzam a Serra do Gerês, ou Xurés, a Via Nova é um autêntico museu ao ar livre, que pode ser apreciado por investigadores estudantes, visitantes ou turistas. O traçado entre as milhas XII e milha XXXIX, em direcção a Braga, no sentido inverso, os caminhantes deparam com inúmeros vestígios de uma via de trânsito com cerca de 2000 anos. Os elementos mais marcantes são o belíssimo cenário paisagístico, que apresenta diversas formas, ao longo do percurso e conforme as estações do ano, bem como os sucessivos grupos de marcos com epígrafes que assinalam as distâncias. Entre as milhas XII e XXXIX já identificados mais de 200 miliários, uma densidade sem paralelo em todo mundo romano. Noutras províncias, conservam-se no máximo, um miliário por milha.

Habitualmente, quando mudava o titular do trono, o miliário era regravado ou substituído.

A *Callaecia* e, em especial, na Via Nova, no tramo da Serra do Gerês, o advento de um novo imperador, eram assinaladas com um novo marco, onde consta o seu nome, os títulos honoríficos, os cargos, bem como a distância a Bracara. Sendo verdade que a matéria-prima, o granito, é abundante, não deixa de ser surpreendente, o excepcional número de miliários da Geira. Através das suas inscrições temos acesso à História do Império. Para além dos miliários, observam-se, a cada passo, marcas de rodados dos carros, calçadas lajeadas, os afloramentos cortados a pico de ferro, bem como as ruínas de pontes, as pedreiras de onde se extraíram os miliários e os blocos com os quais se levantaram as obras de arte. A espaços certos, à beira da via, conservam-se os restos de mutasiones / muda e de mansiones / albergues, que assegura-

vam o *Cursus Publicu*, ou seja, o serviço de correio, o trânsito do pessoal administrativo e dos altos dignatários, bem como de simples caminhantes, que viajavam por motivos de ordem familiar, em negócio, ou mesmo à procura de novos empregos. Ao longo do trajecto da Geira, por Amares, Terras de Bouro e Lóbios, o visitante do século XXI não só pode encontrar os sinais do passado, como também apreciar paisagens distintas: a estrutura tripartida das encostas do Vale do Homem (prados; florestas; socalcos de cultura intensiva); as veigas de Covide e São João do Campo, a floresta de carvalhos e azevinhos da mata de Albergaria, o vale de Rio Caldo, que desce param o Lima, já em território galego.

## A FUNDAÇÃO DA VIA NOVA

A construção da Via Nova ocorre no contexto subsequente à criação do triângulo urbano do Noroeste, formado pelas três capitais de conventos, Bracara Augusta, Asturica Augusta e Lucus Augusti, ainda que numa segunda etapa do ordenamento do Conventus Bracarum (na dinastia flávia).

Numa primeira fase, no contexto fundacional da urbe bracarense, o eixo viário entre Asturica – Bracara, por *Aquae Flaviae* (Chaves), a chamada Via XVII, ou seja, a primeira ligação entre a Meseta Interior e a fachada atlântica norte, foi de grande importância na formação da Hispania.

Posteriormente, consolidada de *Pax Romana*, num século de reorganização administrativa e de prosperidade económica, a Via Bracara – *Asturica* por *Aquae Flaviae*, apesar de ser o caminho mais rápido entre o interior e o litoral, ficava a Sul das zonas montanhosas dos *conventos bracaraugustanus* e *asturicensis*, onde aglomeravam diversos *populi* num território rico em minerais e com férteis depressões tectónicas (Baixa Limia).

Esta lacuna foi colmatada com a abertura da Via Nova.

A Via Nova foi construída sob o mando do Governador da Hispania citerior (entre 79 e 81), *Caius calpetanus Rantius Quirinalis Valerius Festus*, sendo, nesta data, imperadores *Titus* e *Domicianus*, da dinastia dos flávios (79–96). As últimas três décadas do século I constituem, na *Callaecia* e na *Asturica*, um período de aprofundamento da romanização. Os indicadores são vários, nomeadamente a concessão do Direito Latino aos habitantes livres das *civitates*; a elevação a município de um certo número de aglomerados urbanos, estre os quais *Aquae Flaviae*, *Bergidum Flavium*, *Iria Flavia* os programas de renovação dos grandes centros urbanos, como foi testemunhado pelas escavações de *Bracara Augusta*; o lançamento de novas infra-estruturas de que a Via Nova é dos exemplos mais citados.



No quadro da *Callaecia* a construção da Via Nova abre um novo percurso entre Asturica, a urbe magnífica de Plínio, e Bracara, um traçado em diagonal. Que rompe com a lógica geográfica da rede viária estabelecida na época do imperador Augusto. Por outro lado, é uma nova ligação entre duas cidades, cujo estatuto de sedes conventuais, permitiu um rápido crescimento. Avia Nova atravessa o coração de uma zona acidentada em que se sucedem relevos imponentes, vales abertos e férteis depressões. Assim numerosos povos dos dois conventos passam a estar inseridos na rede oficial das estradas, designadamente, no *Conventus Bracarum*: os *Quaequeni* (Bande), os *Coelerni* (Celanova), os *Limici* (Xinzo de Lima); os *Interamici* (Maceda); os *Gigyrri* (Petín).

Por outro lado, a Via Nova cruzava uma região rica em recursos metalíferos, em especial o ouro. Ao ligar os principais núcleos urbanos, ou seja, as sedes conventuais com os aglomerados de variável dimensão que eram as capitais de *civitates*, a Via Nova passou a ser um poderoso fator de urbanização de um território interior. Embora o traçado dos caminhos secundários ainda não esteja bem estabelecido o novo caminho induziu uma rede viária secundária, provavelmente a cargo das *civitates*, vias ao longo das quais surgiam novos *vici*. Aliás, Alain Tranoy sublinhou



Santa Cruz



Maquete 3D da Ponte S. Miguel

que dois dos quatro aglomerados do Noroeste citados por *Ptolomeu* como *Fora*, se articulam com a Via Nova: *Forum Iimicorum* (*no conventos* bracarum) e Forum Gigurrorum (conventos asturum).

Este efeito multiplicador de rede viária, à qual se agregam novos núcleos urbanos, embora de pequeno tamanho, favoreceu a romanização da *Callaecia*, consolidou o domínio romano, em paralelo com a outorga do *Ius latii*, promovendo o povoamento de faixas territoriais entre *populi* e garantindo a sobrevivência dos povoados fortificados mais próximos da Via.

Neste sentido, a Via Nova simboliza, de certo modo, o êxito da romanização do Noroeste, facilitando o acesso às duas capitais dos povos sob o seu domínio, o escoamento de bens e o trânsito de pessoas, militares, funcionários, comerciantes, etc. De fato, a Via entre Bracara e *Asturica por Bergidum Flavium*, construída sob o domínio dos Flávios (Tito e Vespasiano) manteve-se ao longo do Império como um eixo fundamental da rede viária estatal e assim terá perdurado nos séculos seguintes, após a queda do poder romano. Paulo Osório (séc. IV), que viveu e viajou até Norte de África, seria natural do Bierzo. Este apontamento biográfico é expressivo da relação próxima entre Bracara e uma área do extremo ocidental dos conventos de Asturica.

No auge dos caminhos de Santiago, a Geira, entre Braga e a Portela do Homem, é um dos itinerários preferidos pelos peregrinos oriundos do Sul. É, também, no contexto dos episódios político – militares relacionados com a formação dos reinos de Portugal e de Castela – Leão, que a Via Nova constitui um dos corredores habituais das deslocações militares.

Na guerra da restauração as pontes de São Miguel, bem como as pontes sobre as ribeiras do Forno e Maceira foram destruídas. Fato que se revelou muito eficaz em particular nos meses de inverno quando o caudal do Rio Homem, ou dos seus afluentes, torrentes vindas da montanha, correndo entre abundantes rochas, inviabilizava qualquer travessia a pé ou em barcaça.



Sinaléctica

## PLANEAMENTO DA VIA NOVA

Ao longo de 215 milhas, a Via XVIII, atravessa um território acidentado, com imponentes relevos que alcançam atitudes superiores a 1500 metros (Serra do Gerês; Serra do Burgo). Todavia, conforme se pode concluir dos perfis do seu traçado, publicados por José Manuel Caamaño Gesto, só em três pontos, no Alto do Rodicio, no Alto de Cerdeira e em Trives Vello, a Via ultrapassa os 900 metros.



De um modo geral, o traçado é suave e os três "picos" inserem-se num tramo específico do caminho que corre pela Serra do Burgo, ou seja, as inclinações mais abruptas serão talvez apenas duas: a subida de Tioria para o Alto do Rodicio (Orense) e a descida dos Coudos do Larouco até à Ponte de Bibei.

É quase impossível imaginar que este trajeto não foi projectado após um estudo prévio por topógrafos e engenheiros, provavelmente, quadros do exército.

Assim, na sequência do que já foi sugerido por diversos autores é quase é quase certo que a ala militar instalada em *Aquis Quequernnis* foi a entidade responsável pela obra de construção da Via Nova, pelo menos no Conventus Bracarum.

## O CURSUS PUBLICUS NA VIA NOVA

O Chamado *Cursus Publicus* constitui uma estrutura sem a qual as estradas romanas apenas seriam uma soma de caminhos e não uma rede viária organizada, essencial ao funcionamento e manutenção do Império. Dois elementos básicos do *Cursus Publicus* são as **mansiones**, locais de descanso, e as **mutationes**, estações de muda.



Milha XXIX




Sinalética

## MANSIONES



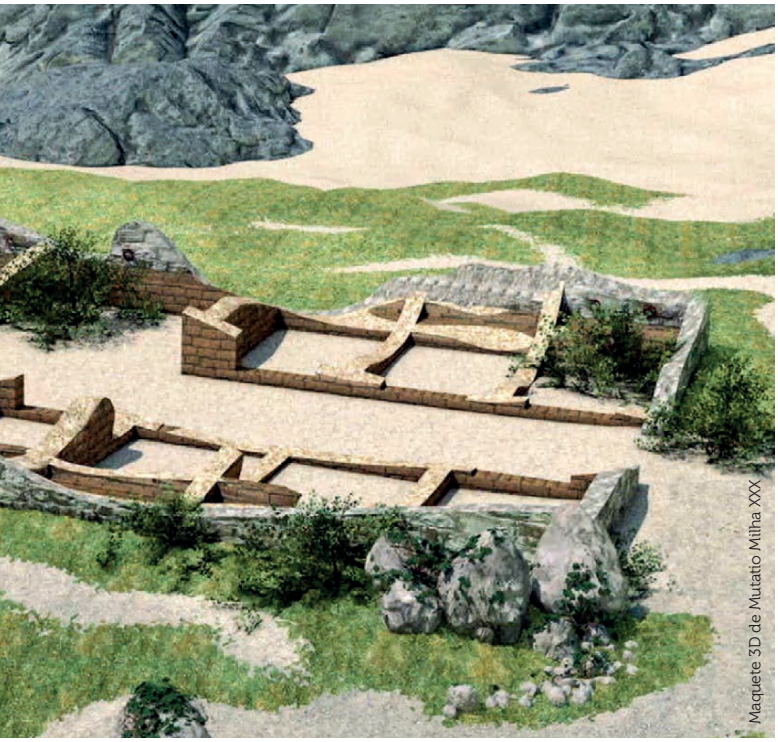
Das *mansiones* citadas no Itinerário Antonino, no âmbito da Via Nova, apenas uma, a Salatiana, fica em território português. No traçado da Via, o sítio arqueológico cujas caraterísticas mais se aproximam da referida *mansio*, será o povoado romano de Vilar ou Saim Velho, tendo em conta a dispersão dos vestígios e a sua proximidade em relação ao caminho. Contudo, este povoado não se localiza na milha indicada pelo Itinerário.

Segundo este documento entre *Bracara* e *Salatiana* a distância seria de XXI milhas, mas o povoado de Vilar ou Chã de Vilar, situa-se na milha XVIII, ou seja, a uma significativa distância da milha XXI.
Normalmente, os investigadores, para resolverem estas discrepâncias, insinuam eventuais erros nas sucessivas versões do Itinerário. Não há notícia de outro povoado, adjacente à milha XXI, com a mesma dimensão de Chã de Vilar, Assim, considera-se, até prova em contrário, que este sítio terá sido a *mansioc Salatiana*, aceitando-se a hipótese de um erro inicial no Itinerário que se repetiu nas sucessivas versões.

Além desta *mansio*, existiram, provavelmente, outras duas, não mencionadas no Itinerário: a Cividade de Biscaia, no Vale do Cávado, e o Adro Velho, ou Sagrado, de S. João do Campo,



Mutatio Milha XXX



Maquete 3D de Mutatio Milha XXX

situado entre as milhas XVIII e XXVII, numa fértil veiga, nos contrafortes Oeste da Serra do Gerês. São dois arqueossítios com uma ampla área de dispersão de materiais e que ficam ambos a meio caminho das localidades citadas no Itinerário.

Designadamente a Cividade de Biscaia, a 10 milhas de Bracara Augusta e a 8 milhas da *mansio Salatiana*, e o Adro Velho ou Campo Santo a 10 milhas a Norte da supracitada *mansio* e a 11 de *Aquis Originis* (Rio Caldo).

Quanto às restantes *masiones da Via Nova – Aquis Originis; Aquis Quequernis; Geminis; Salientibus; Genistario; Bergifum Favium;* e *Interamnium Flavium*, a maioria localiza-se em território galego e as duas últimas na área de Castilla – León.

## MUTATIONES

As *mutationes*, equipamento indispensável do *Cursus Publicus*, eram, seguramente, em número muito superior às *mansiones*.

Algumas estariam integradas em pequenos povoados, ou, mesmo, em *Villae*, adjacentes à Via. Outras estavam isoladas, limitando-se a um único edifício, análogo ao que foi estudado junto à milha XXX, em 1998. O posicionamento destas *Mutaciones* deve ser interpretado em relação à Via, tendo em conta os relevos orográficos, os cursos de água permanentes e de maior caudal e, ainda, a cartografia das *mansiones* as quais por certo, facultavam serviços da mesma natureza (estações de muda).

A partir dos dados recolhidos em diversas prospecções é possível indicar alguns locais que podem ter sido *mutationes*. No vale do Cávado existiram pelo menos duas, uma em cada margem do rio, próximo da milha V, poderá corresponder ao arqueossítio designada Bouça Alta. Quanto à da margem direita não dispomos de qualquer indício. Conhecem-se outras duas *mutationes*, adiante da Cividade de Biscaia. Uma no pé meridional da Serra da Abadia, na freguesia de Paredes Secas, lugar de Vila Cova, com o topónimo de Mojege. Manuela Martins considera este sítio como uma *villa*, talvez porque, no local, foram achados uma base de coluna em um capitel dórico. A outra fica no topo da acentuada subida às cumeadas da Serra da Abadia.

Estre Santa cruz e Saim ficava uma quarta *mutatio*, na freguesia de Chorense, junto à ermida de São Sebastião (Milha XVI). De fato, neste ponto, nos cortes da estrada municipal e de um caminho de acesso a diversas casas, observam-se restos muros de fabrico romano e abundante material cerâmico (de construção e doméstico). Admite-se, também que a origem de Covide terá resultado de uma mutatio, ou que aqui existiu uma *villa* que terá integrado, entre duas estruturas, um edifício desse tipo. De acordo com a dispersão dos locais com achados e com a toponímia considera-se mais provável a segunda hipótese.

Por último, em plena travessia da Serra do Gerês, conservam-se as ruínas da *mutatio* da milha XXX. Esta milha localiza-se abaixo da cota máxima da albufeira de Vilarinho da Furna, próxima de um lugar chamado Bouça da Mó, por onde passa a ribeira da Mó.

## A MUTATIO DA MILHA XXX – BOUÇA DA MÓ

Até ao início dos trabalhos de 1992 não eram conhecidas quaisquer provas materiais que testemunhassem a localização precisa desta milha. O roteiro do século XVII, da autoria do Padre Mattos Ferreira, também não tinha sobre ela qualquer referência.

No mês de maio de1992, aquando de uma prospecção de superfície efectuada pelos arqueólogos responsáveis pelos projetos de estudo da Via Nova no PNPG, foi encontrado o primeiro miliário conhecido desta milha, incrustado num dos antigos muros dos campos de Vilarinho da Furna.

Por ser um miliário de pequenas dimensões e o local ser periodicamente submerso, foi removido e guardado nas instalações do Parque Nacional, na vila do Gerês. No mesmo local, e no

mesmo dia, foram identificados os alicerces de um edifício romano que parecia corresponder às suínas de uma estação de muda (*mutatio*) para apoio aos viandantes, tendo esta construção, sido integralmente escavado em 1992.

Mais tarde, já no final dos trabalhos, foi descoberto um segundo miliário, soterrado em posição vertical. O local corresponde a uma zona de deposição de sedimentos das águas da barragem e não foi escavado, sendo, pois, impossível verificar se o marco está ou não epigrafado e qual o seu tamanho. Mas, não é de excluir que este segundo miliário correspondentes à milha XXX possa estar mesmo *in situ*, o que seria importante. Situando-se as ruínas numa área de constante oscilação de cotas, a espessura dos sedimentos que cobriam os muros romanos pouco ultrapassava os 30 centímetros.

A mutatio era um edifício retangular, bem definido, assente numa pequena colina soalheira e implementado mesmo junto à Via, do lado Norte da estrada, na margem esquerda da ribeira da Mó. As suas dimensões são de 21 metros (eixo maior, Noroeste-Sudeste) por 14 metros (eixo menos). A estrutura dos muros que formavam o edifício, era granito bem aparelhado, com caraterísticas semelhantes às construções de *Bracara Augusta*. Aliás, é interessante sublinhar que a orientação dos eixos da estritura é igual à da malha da cidade romana. Deve supor-se que as paredes exteriores do edifício eram, integralmente, em pedra, dado que em alguns pontos se conserva a primeira fiada e até porque o material não faltava na zona. Todavia, no interior, não detetamos quaisquer alicerces de muros. Distingue-se, sim um conjunto de bases de pilares, os quais suportavam, provavelmente, uma estrutura de madeira sobre a qual, por sua vez, se apoiava o travejamento do teto, que seria em telha, considerando a abundância deste material nas camadas arqueológicas e à superfície.

É possível que houvesse uma divisão interior em madeira, mas dada a pouca profundidade dos sedimentos que cobriam as ruínas não foi possível recolher quaisquer indícios. No canto Sudeste do edifício conservam-se sinais de um pequeno compartimento, aberto ao exterior, talvez uma taberna. No exterior deste compartimento, a Oeste, observam-se os vestígios de um pavimento de terra batida.



A estratigrafia registada era pouco espessa, limitando-se a dois sedimentos depositados sobre as estruturas: um superior, correspondente, às areias da albufeira; outro inferior, identificativo de um nível de abandono.

A cronologia do conjunto do material cerâmico, quer o resultante da recolha inicial, quer os da escavação, convergem para datar esta *mutatio* do período da construção da Via, ou seja, a dinastia dos Flávios. No conjunto, predomina a cerâmica comum grosseira, apenas se registado um fragmento que imita formas de Terra *Sigillata* e alguns de cerâmica comum fina. Assim sendo o espectro de material corresponde ao tipo de sítio, uma *mutatio* isolada de montanha.

Aparentemente este edifício apenas foi ocupado no Alto Império, no último quartel do século I e no século II, momento em que terá sido abandonado.

A este respeito devemos notar que a distância entre o povoado da milha XVIII, em Campo do Gerês e a *masio Aquis Originis* era


Milha XXXI



Portela do Homem

somente de XI milhas, ou seja, dezasseis quilómetros, distância que mesmo a pé se pode percorrer num único dia.

Assim, talvez, a *mutatio* da Bouça da mó, da milha XXX, projectada numa fase inicial, tenha acabado por ser abandonada.

Esta circunstância realça o interesse dos restos de um edifício que, provavelmente traduz um modelo uniforme e simples de *mutationes*, tal como foram estabelecidas numa fase inicial da Via.

## MILIÁRIOS

Separa o conjunto da *Hispania* o número de miliários existentes na *Callaecia* é já, por si relevante, no contexto das diversas vias, que formavam a rede viária da *Callaecia*, a série de marcos relacionados com a Via Nova é excepcional. No conjunto da *Hispania* conhecem-se cerca de 500 miliários, dos quais 300 registados na *Callaecia*.

Na verdade, no percurso em território dos conventos de *Bracara Augusta* todas as via importantes facultaram numerosos miliários, salvo o caminho entre aquela *urbe* e *Emerita*, o talvez se possa explicar pela circunstância de serem cidades de duas províncias distintas e da circunstância das relações preferenciais de *Bracara* serem a *Callaecia* setentrional e com o vale do Ebro.





Ora na Via Nova já foram identificados, até esta data, um total de 276 miliários. No tramo português 150 e no galego 116 e no leonês 1. A maioria desta série regista-se entre *Bracara Augusta* e *Aquis Querquennis*, com particular relevância para as milhas que atravessam a Serra do Gerês, onde entre as milhas XXVIII e XXXIV se recensearam nada menos que 86 marcos. Por exemplo, na milha XXXI contam 17 padrões e na seguinte 19. Ainda que uma percentagem elevada seja anepígrafa ou de leitura quase impossível, pelo menos, nas trinta e quatro milhas entre Braga e a Portela do Homem conservam-se 99 inscrições. Nestas contagens não estão incluídos os miliários pertencentes ao Museu D. Diogo de Sousa, onde se concentra uma numerosa colecção de marcos, parte dos quais são oriundos da Geira, embora não se saiba quais.

O conjunto de miliários da Via Nova refere-se às várias dinastias, abrangendo os quatro séculos que durou o Império Romano. Apenas está ausente a dinastia Júlio-Claudiana. De fato, não parecem subsistir dúvidas sobre a sua datação flaviana, pois entre mais duas centenas de miliários nunca foi recolhido, ou observado, nenhum miliário de Augusto, de Tibério ou de Cláudio. Quanto à cronologia das inscrições podem distinguir-se várias séries. Relacionados com a abertura da Via sob o domínio dos flávios, destacam-se os marcos de Tito e Domiciano. Do século II são frequentes os miliários dos Imperadores Antoninos, que se preocuparam com a manutenção da rede viária de *Hispania*. Também a dinastia dos Severos está representada, em particular, por miliários do imperador Caracala. No século III a série de marcos dos imperadores Maximino e Máximo (238), com o elucidativo e caraterístico texto, revela um novo esforço de manutenção da *Viae* estatais e do *Cursus Publicus*. Os numerosos miliários do Baixo – Império também expressão o interesse imperial em restaurar vias e pontes, que a crise da segunda metade do século III poderá ter deixado arruinar, quebrando, assim, um dos esteios do poder imperial.

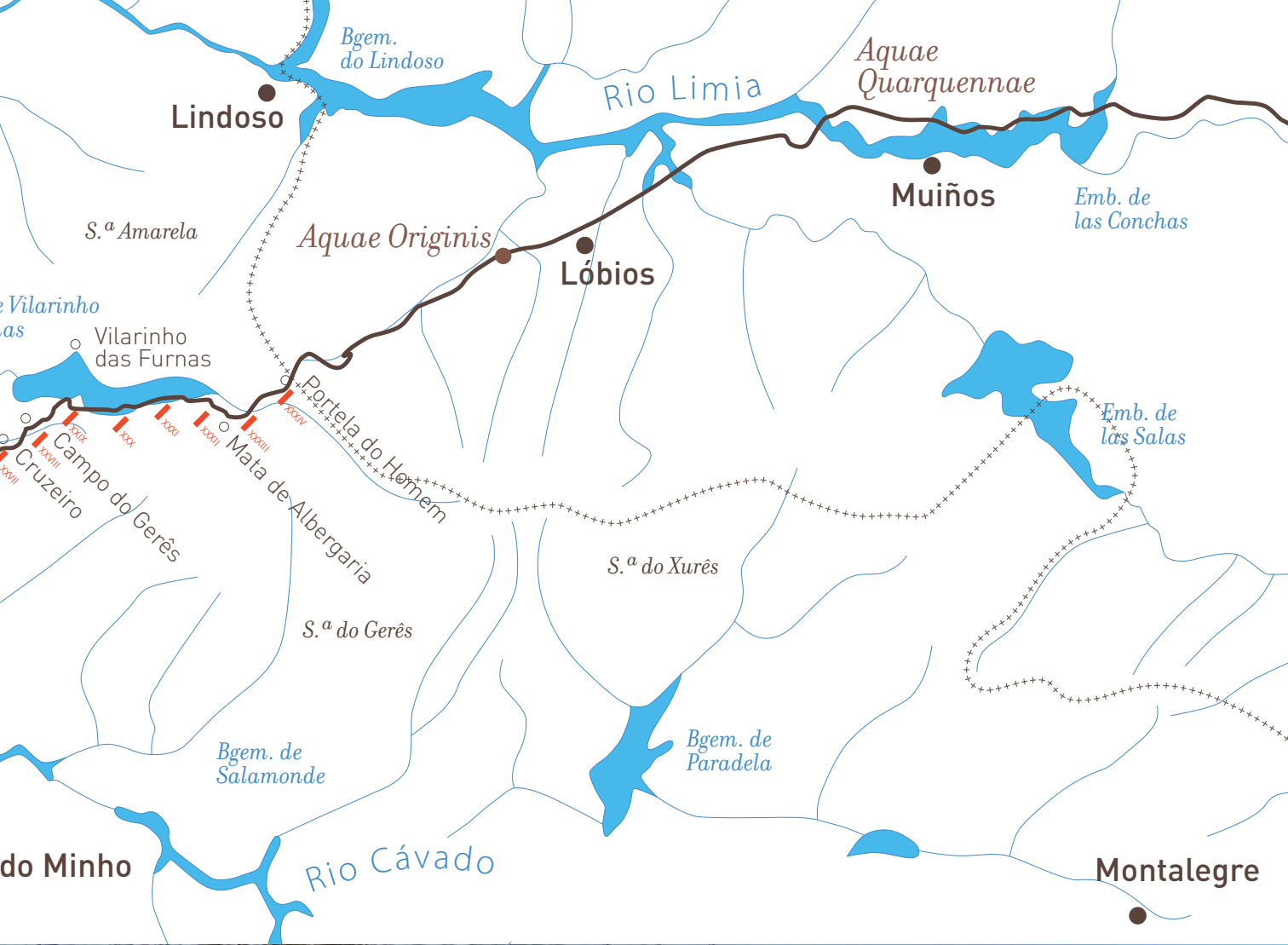
De qualquer modo como explicar a abundância de miliários? Os diferentes investigadores que se debruçaram sobre esta questão apresentam diversas hipóteses, sugerindo, por exemplo, que a quantidade excepcional de marcos poderá estar relacionada com o culto ao Imperador. Pode-se, assim, admitir que a implementação do miliário de um novo imperador terá sido acompanhada pelo derrube do anterior para as vertentes próximas, ou para o leito das ribeiras.

Video
***GEIRA ROMANA***

# Traçado da Geira
## Via Nova na Serra do Gerês








Maquete da construção da Geira Romana - Museu da Geira

# **Caminhos de Santiago:** o Caminho da Geira / Via Nova

**António Afonso**

*Passa também a Geira pelo lugar de S. João do Campo (...). Há tradição ser a igreja paroquial, que há trinta anos se desfez, e mudou para mais perto do lugar, a donde hoje está, fundação dos Cavaleiros Templários que defendiam a estrada da Geira, depois de expulsados [sic] os Romanos e Godos da Espanha, a cujo cargo estava o defender as estradas públicas, principalmente as das Casas Santas de Jerusalém, e do Apóstolo São Tiago, que nesse tempo era a Geira.*

MATOS FERREIRA, 1728.



Desde a Idade Média, pessoas de todas as condições sociais e origens diversificadas, motivadas pela sua Fé e crença no poder milagroso do Apóstolo, peregrinam rumo a Santiago de Compostela (Galiza) - cidade fundada no ano de 830 -, dando origem ao ditado popular que «quem não vai a Santiago em vida, vai depois de morto». Contribuiu para este fenómeno um privilégio concedido pelo papa Calisto II, em 1122, que se vulgarizou com a denominação de «Jacobeu», ou seja, Ano Santo Compostelano, e que corresponde ao ano em que o dia da memória de S. Tiago, o Maior, 25 de julho, coincide com um domingo. No século XX, com o advento de um turismo de massas, às motivações religiosas, juntaram-se outras: culturais, desportivas, recreativas, antropológicas, etc.

Depois de dez anos sem Jacobeu, o ano de 2021 foi declarado Ano Santo em Santiago de Compostela, tendo as suas comemorações começado muito antes para que este, o número 120 de Anos Santos Compostelanos, fosse um evento «único e diferente». A chegada da pandemia COVID-19 viria condicionar a sua celebração, pelo que o Santo Padre autorizou que se prolongasse pelo ano seguinte.

Em Portugal, dado a proximidade à Galiza e o aumento de peregrinos no Caminho Central, assistimos à organização de vários eventos e à proliferação de percursos alternativos, alguns dos quais contaram com apoios comunitários, como o Caminho da Costa.

Foi neste contexto que assistimos ao lançamento de dois percursos jacobeus que atravessam o concelho de Terras de Bouro: o **Caminho da Geira e dos Arrieiros** e o **Caminho Jacobeu Minhoto Ribeiro.**

A palavra *Geira*, por vezes aplicada a todo o traçado da Via XVIII do Itinerário de Antonino, designa, apenas, o troço que atravessa a serra do Gerês no concelho de Terras de Bouro, como esclarece, em 1738, Jerónimo Contador de Argote na obra De *Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*: «aos dezasseis dias do mês de agosto de 1728, entrou o dito reverendo [José de Matos Ferreira] com outras pessoas curiosas que o quiseram acompanhar a averiguar o terreno por onde corria a sobredita Via Militar Romana, que ali [Campo do Gerês] chamam a Geira», tendo dado origem a vários microtopónimos como *Geirinha*, *Bico da Geira*, *Cantos da Geira*, *Encosta da Geira*, *Coto da Geira*, etc., e até a nome de família em S. João do Campo e em Vilarinho da Furna. Este facto, não valorizado por muitos investigadores, indicia que a razão para que tal tenha acontecido, ao longo dos séculos, esteja relacionada com algo que aconteceu na localidade de Campo do Gerês.

Antes de prosseguirmos, dada a existência de dupla grafia de «Geira» e «Jeira», o que pode confundir os leitores, queremos explicar por que razão optámos pela primeira forma.

Embora alguns autores defendam a grafia «Jeira», optámos por «Geira» uma vez que se encontra consagrada e largamente documentada desde há vários séculos, nomeadamente no tombo da freguesia de Campo do Gerês datado de 1540. Na verdade, segundo a tradição apoiada por alguns historiadores e linguistas, o vocábulo «Geira» deriva de *Ocaera*, nome de uma divindade pré-romana com santuário na serra do Gerês, mais concretamente em S. João do Campo, perto da via n.º XVIII (Via Nova) do Itinerário de Antonino, podendo esta estrada ter servido de caminho de peregrinação até ao seu templo: *(per) stratam Ocaerae > strada de Ocaera > estrada da Geira*. O nome desta divindade encontra-se documentado numa ara votiva descoberta em S. João do Campo, no ano de 1742, e, desde 1 de julho de 2022, à guarda do Museu D. Diogo de Sousa (Braga).

A evolução fonética de *Ocaere* para «Geira» é sustentada, entre outros, por Amílcar Guerra, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, autor de mais de 300 títulos, cuja tese de doutoramento se intitula *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular* (1998). Em 2003, publicou, na revista *Paleohispanica* 3, um artigo intitulado «Algumas questões de toponímia pré-romana do Ocidente Peninsular», baseado na «reanálise da documentação correspondente aos nomes de natureza geográfica do ocidente peninsular» com que se ocupara há alguns anos. Amílcar Guerra explica a origem dos vocábulos «Geira» e «Gerês» a partir de *OCAERA*. Guerra filia, também, o topónimo *Aquis Originis* (Riucaldo, Lobios–Galiza) em *Ocaere*, que também estaria na base da formação do topónimo "Gerês": «de facto, o nome da Serra do Gerês remonta verosimilmente a uma antiga variante *Ogerensis*, aquele que explicaria de uma forma mais satisfatória o apelativo atual. A documentação disponível não deixa dúvida, portanto, sobre a etimologia deste nome, para o qual se propuseram já explicações totalmente inaceitáveis». O autor cita Bascuas (2002: 238) que, a partir de documentação medieval do Mosteiro de Celanova, demonstra a existência do nome «Gerês» no início do século XI: «*Augeres* (em documento de 1024), *Ugeres* (1074), mons *Ugeredi* (1095), monte *Ugeres* (1096), *Ogeres* (1100), concluindo do modo seguinte: «Por fim, a *Estrada da Geira* (< *Estrada do Geira* < *Estrada d'Ogeira*, com correção de uma aparente incongruência) corresponderia ao caminho designado por um apelativo muito próximo da ocorrência teonímica *Ocaere*, que acima se referiu».

Fernando Cosme (2014: 254) defende a grafia «Jeira» (de «diária»), assim como o topónimo *Jurês*, concordando, contudo, com a possível evolução fonética de *Ocaera* para *Geira*: «é interessante, já referimos, a constatação por Amílcar Guerra de o nome Geira foneticamente se coadunar com uma possível origem em *Ocaera*».

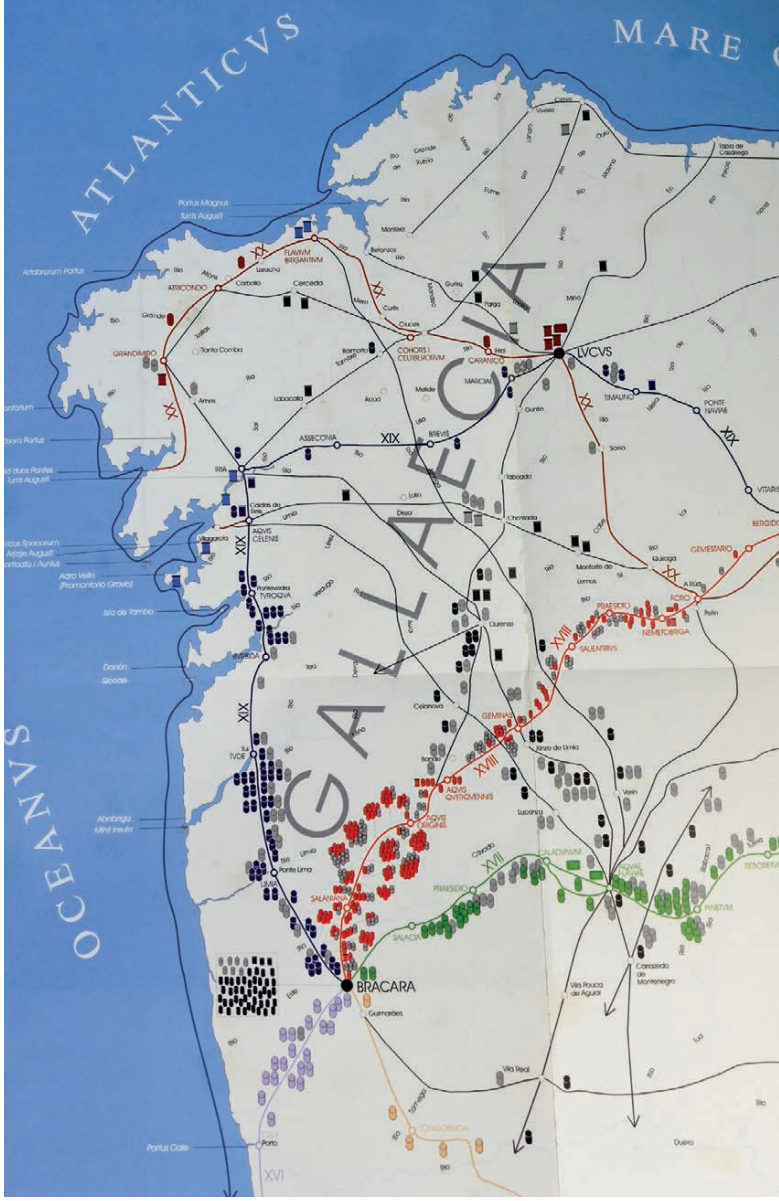
Admitindo a possibilidade de «Geira» derivar do nome desta divindade e tendo em conta que o teónimo *Ocaera* é anterior à ocupação romana, não necessitamos de filiar «Geira» em «diária», caindo por terra a grafia «Jeira» aplicada à via romana.

Fernando Cosme, embora reconheça que o aparecimento do termo «jeira» é posterior à ocupação romana, acha que a tese de Amílcar Guerra peca por «falta de rigor, fundamentação e contextualização», revelando-se surpreendido por ter sido apoiada por Jorge Alarcão, um dos historiadores e arqueólogos mais conceituados do país. Invoca, a seu favor, a questão semântica.

Retomando o tema da Estrada da Geira como Caminho de Santiago, assistimos, numa primeira fase, à sua integração nos dois percursos suprarreferidos: **Caminho da Geira e dos Arrieiros** e o **Caminho Jacobeu Minhoto Ribeiro**. Numa segunda fase, os promotores do segundo vieram esgrimir argumentos dizendo que a Estrada da Geira nunca foi caminho de peregrinação a Santiago. Participámos em duas apresentações patrocinadas pela arquidiocese de Braga e, nas duas, interviemos mostrando a nossa discordância. Na verdade, dispomos de documentação que prova o contrário, não obstante a destruição de quatro pontes, em 1642, na zona de Albergaria. Este acontecimento, relacionado com a defesa da zona raiana, obrigou à construção de percursos alternativos, nomeadamente pelas serras Amarela e Gerês, até à reposição das passagens, primeiro com o advento da estância termal do Gerês – os pedreiros a quem, em 1736, foi adjudicada a construção do hospital eram da Galiza -, e, no final do século XIX, com a criação da mata nacional da serra do Gerês.

Convém esclarecer que o Caminho da Geira / Via Nova, coincidente, em parte, com o traçado da Via XVIII do Itinerário de Antonino, não é um percurso autónomo, como o Caminho Central Português, mas um percurso que se funde, na zona de Orense, com um dos seis[1] caminhos promovidos pela Junta de Galiza, a Via da Prata, caminho ao qual, um pouco antes de Silleda, se junta o Caminho de Inverno, um trajeto pelo centro de Espanha para evitar as consequências trágicas que as tempestades marítimas sempre provocam.

O Caminho da Geira partia do Campo de Santa Ana, na cidade de Braga, rumando para norte em direção a Sete Fontes, descendo para Adaúfe e atravessado o Cávado no lugar de Porto, topónimo que veio emprestar o nome à ponte medieval por onde se passou a fazer o caminho. Segue em direção a Vilela,




COLMENERO, Antonio Rodríguez, *et alii* (2004) Miliarios e outras inscricións viarias romanas do Noroeste Hispánico

depois de passar ao lado de uma capela de S. Tiago (Dornelas) até atingir a portela de Santa Cruz, onde entra no concelho de Terras de Bouro. Discordamos, por isso, do traçado proposto pelos promotores do Caminho da Geira e dos Arrieiros, por, na maior parte, não coincidir com o traçado da Via XVIII, não só no Minho mas também na Galiza: Sé de Braga, Arco da Porta Nova, Real, Palmeira, Ponte do Bico, Rendufe, Santa Cruz.

Um peregrino, quando vai em cumprimento da sua promessa, procura, obviamente, o caminho mais curto, desde que a sua segurança não esteja em causa. O **Caminho Jacobeu Minhoto Ribeiro** apresenta-nos uma proposta de traçado que aumenta consideravelmente a distância, embora leve o *turigrino* por paisagens vinhateiras das castas «alvarinho» e «ribeiro», como pudemos constatar na última apresentação do mesmo no Museu Pio XII, pois, chegado a Monção, inflete para a direita atravessando os concelhos de Monção e de Melgaço.

Para aqueles que afirmam que a Geira / Via Nova nunca foi uma estrada muito frequentada, cito novamente Matos Ferreira: «Não foi a Geira tida em menos pelos bispos de Galiza no tempo que eram sufragâneos dos Arcebispos de Braga; porque muitos se aproveitavam dela, quando vinham a esta cidade; e há tradição que, no tempo em que Portugal era governado por Castela, o bispo de Orense, Pedro Seguino, nos levou por esta estrada o corpo de Santa Eufémia. Hoje serve também para os ordinandos que de Braga vão a Orense tomar as ordens, e é tanta a utilidade que nela têm que sendo de Braga a Orense pela estrada dos Arcos vinte e duas léguas [158 kms.], são pela Geira dezassete [112 kms.][2]».

Os professores catedráticos jubilados da Universidade do Minho, Sande Lemos e Viriato Capela, admitem a tese de a Geira, no passado, ter sido um caminho de Santiago. O primeiro é perentório quando escreve: «a referência a Ourense justifica-se, pois a *VIA NOVA* foi utilizada como caminho direto para **Lucus Augusti** (Lugo), por **Auria**, a partir de Bande (um importante nó rodoviário). Ainda que esta estrada secundária romana, entre Bande e Ourense, não esteja assinalada no Itinerário de Antonino, o seu caráter estatal é comprovado por vários miliários e pela ponte Formosa sobre o rio Arnóia, uma magnífica obra de arte. Mais tarde, seria caminho de peregrinação a Santiago (Braga – Bande – Celanova – Ourense – Xantada – Santiago de Compostela). Em finais do século XX, o povo de Braga ainda se referia à calçada entre a capela de Sete Fontes e Adaúfe como o "Caminho de Santiago"». José Viriato Capela, apesar dos poucos estudos sobre esta matéria, *em Memórias e Imagens de Terras de Bouro – As* ***Memórias Paroquiais*** *de 1758*, afirma: «A via romana da Geira (...). Ao longo da Idade Média provavelmente – os estudos não abundam - será um dos caminhos da rota de Santiago de Compostela»[3].

Todos sabemos que o que permite fundamentar a existência de um percurso jacobeu são, em primeiro lugar, as marcas patrimoniais religiosas: igrejas, capelas, cruzeiros, nichos, vieiras, etc. A este património, devemos acrescentar a documentação escrita e a tradição oral.

Deixamos para artigo mais desenvolvido todas as provas de que a Geira foi Caminho de Santiago, Caminho de Nossa Senhora da Abadia (Amares) e Caminho de S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro), referindo, agora, apenas as mais importantes. Desde logo as freguesias portuguesas que atravessa e que têm S. Tiago como orago principal: Santa Lucrécia de Algeriz (Braga), Vilela e Caldelas (Amares) e Chamoim (Terras de Bouro), passando perto de S. Tiago de Goães (Amares). De referir, ainda, a existência de duas capelas de S. Tiago, uma em Dornelas (Amares) e outra em Cibões (Terras de Bouro), no lugar de Figueiredo[4]. Não conhecemos outro caminho com tal densidade de templos dedicados a S. Tiago, o Maior.

Em termos documentais, citamos o trabalho de campo do Pe. Matos Ferreira, realizado em 1728, que nos fala da permanência da Ordem do Templo em S. João do Campo e do seu papel: «passa também a Geira pelo lugar de S. João do Campo (...). Há tradição ser a igreja paroquial, que há trinta anos se desfez, e mudou para mais perto do lugar, a donde hoje está, fundação dos Cavaleiros Templários que defendiam a estrada da Geira, depois de expulsados [sic] os Romanos e Godos da Espanha, a cujo cargo estava o defender as estradas públicas, principalmente as das Casas Santas de Jerusalém, e do Apóstolo São Tiago, que nesse tempo era a Geira». Por sua vez, na Memória da freguesia de Santa Marinha de Chorense (cf. *Memórias Paroquiais* de 1758), comprova-se o entendimento de que a Geira era uma estrada que levava o caminheiro até Santiago de Compostela: «Pelo alto do monte, encostado à serra, vai uma estrada intitulada a Geira, fábrica, dizem, que fizeram os romanos, com vários padrões redondos pelo decurso dela, a qual principia em Santa Ana na cidade de Braga e acaba, dizem, em Santiago de Galiza». Podíamos continuar com as imagens de S. Tiago, as vieiras, a devoção a este santo que incorporava a sua imagem nas procissões, como acontecia, por exemplo, na extinta aldeia de Vilarinho da Furna voltada para a «estrada da Geira».

Como justificar o topónimo, Albergaria, um pouco antes da Portela do Homem, local atravessado pela Geira, se não como um sítio onde existiu um edifício de acolhimento de peregrinos? Matos Ferreira é bem claro: «o sítio destes padrões se chama Albergaria, porque antigamente havia uma casa que servia de recolhimento aos passageiros e tinha todo o provimento que era necessário para seu agasalho».

Aos promotores do **Caminho Jacobeu Minhoto Ribeiro** que afirmam que os mapas não apresentam qualquer via até ao século XX a passar pela Portela do Homem, aconselhamos um pouco mais de investigação, e damos como exemplo o mapa de Thomas Norton, de 1807, e a Carta Geométrica da Galiza, de 1845.

---

[1] Caminho Português Central (recebe o Caminho da Costa, a Rota do Mar de Arousa e Rio Ulla); Caminho de Finisterra e Muxía; Caminho Inglês; Caminho do Norte;

[2] Légua terrestre antiga: 6,6 kms.

[3] Sande Lemos, *Diário do Minho*, «Entre Aspas: a rua de S. Vicente», 16-11-2018.

[4] Costa Guimarães (2017), na obra *Ir a Santiago através da Jeira* (edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro), página 102, legenda uma foto como «S. Tiago em Cabenco», em vez de «Nossa Senhora do Amparo em Cabenco». A capela de S. Tiago situa-se no lugar de Figueiredo, freguesia de Cibões.

A importância turístico-cultural da Estrada da Geira é de tal ordem que o Município de Montalegre a refere no vídeo de apresentação com que brinda os que visitam o Ecomuseu situado na sede concelhia, competindo aos terrabourenses saber tirar partido do seu património natural e patrimonial.

Como pensamos ter ficado demonstrado, o Caminho da Geira / Via Nova, enquanto Caminho de Santiago, reúne um conjunto de valores difícil de igualar: monumento nacional (a Geira, estrada romana, onde se encontra a maior concentração mundial de miliários); atravessa o único parque nacional, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés, classificado, pela UNESCO, como Reserva da Biosfera Transfronteiriça; via milenar de passagem de exércitos, comerciantes e autoridades eclesiásticas, mas também de contrabandistas, de relíquias sagradas [pio latrocínio, como o corpo de Santa Eufémia de Covide para Orense, segundo a tradição], de cidadãos anónimos, mas, também, de peregrinos [nessa época, não existiam os "turigrinos"], tanto para Santiago de Compostela, como em sentido contrário, rumo ao santuário de Nossa Senhora da Abadia, o santuário mariano mais antigo de Portugal. Recordo que, normalmente, os peregrinos regressavam pelo mesmo caminho.

Concluímos manifestando, tal como sustentado no III Congresso Internacional **Caminho Português de Santiago: um Património Cultural para a Nova Europa** (Tui, Valença e Santiago de Compostela, 14-16 de novembro de 2019), a nossa oposição a uma proliferação de caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela sem fundamentação histórico-cultural e com outros objetivos, nomeadamente a promoção de produtos resultantes das atividades económicas. Este não deve ser um objetivo, mas uma mais-valia. É inaceitável desviar um caminho por causa de um alojamento, restaurante, hospedaria, quinta vinícola, etc. Não se entende a crítica aos «turigrinos» quando o que lhes oferecemos está longe da verdade histórica, cultural e religiosa que deve enformar um caminho de peregrinação.





PORTEFÓLIO

# Relevos e Brumas

Mário Cunha no Parque Nacional Peneda-Gerês









Relevos e brumas são sem dúvida as duas coisas que mais me atraem para este local que é tão querido por todos nós, o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG). Vamos, no entanto, voltar um pouco atrás no tempo. Nem sempre tive esta atração por montanhas, é algo recente, e uma paixão que tem vindo a crescer de dia para dia. Tudo começou no Norte da Europa, na Noruega, onde vivi durante quase 4 anos. Foi neste local que as montanhas e locais mais inóspitos começaram a "chamar" por mim, talvez na procura de algum isolamento e descanso por alguém que estava a meio de um doutoramento. De certa forma era também um voltar a "casa" pois todos nós (se calhar nem todos) sentimos um conforto imenso enquanto na Natureza. Talvez porque, como humanos, grande parte da nossa história foi vivida em plena harmonia com a natureza, coisa que, hoje em dia, não existe infelizmente. Mas eventualmente voltei a Portugal e quando cheguei precisei de um sítio que me oferecesse esse tipo de experiência. Depois de alguma pesquisa encontrei o PNPG. Foi também nesta altura que me dediquei a 100% à fotografia abandonando a minha carreira académica. Organizo e lidero workshops e expedições de fotografia em Portugal, muitos no Gerês  e também pela Europa, como por exemplo em Espanha e na Noruega.

Neste momento e a título mais pessoal, dedico-me a fotografar a Serra do Gerês e é neste aspecto que será centrado este artigo. O PNPG em geral e a Serra do Gerês em particular são locais com uma diversidade paisagística incrível, desde rios, cascatas e bosques a vales e montanhas. Todos este locais têm o seu encanto e é aqui que as brumas e as nuvens baixas, dada a influência oceânica na serra, vão surgindo de quando em vez criando uma atmosfera e estética das quais gosto muito.



Hippies

Foi no final do Inverno de 2019 que esta aventura começou. Fui fazendo algumas saídas para fotografar e tive uma sorte imensa de apanhar um grande nevão durante o qual fiz uma fotografia que até aos dias de hoje é das minhas favoritas, "Ice on Fire". Estava eu na base do Pé de Cabril olhando para a grande parede granítica tão característica do Gerês que de repente se iluminou de forma sublime, mostrando todo o detalhe dos espigões graníticos ao fundo do Vale da Maceira. Esta imagem, penso eu, foi o que impulsionou este projecto que irá, no futuro, terminar na forma de livro.

É também responsável pela energia e motivação que dura até hoje para continuar a explorar este local magnífico.

Para além de espetáculos de luz incríveis a montanha oferece a todos que a percorrem, um local onde podemos estar a sós com nós próprios e percebermos o quão pequenos e vulneráveis somos neste mundo. Estes sentimentos são ampliados quando somos rodeados por neblinas e isso para mim é algo incrível. Os momentos em que as neblinas se começam a dissipar podem transformar-se em algo mágico. Esta imagem intitulada "Through the Clouds" no Vale da Teixeira ou "Fly High" por baixo do Pé de Medela, retratam momentos desses. São também estes momentos, efémeres e pouco frequentes, que dão a motivação suficiente para continuar a subir vales e corgas, descer montanhas, apanhar chuva, vento e frio e mesmo assim continuar.



Rio Homem



Protectors



On Last Kiss

Nem só de montanha vive o PNPG e os seus bosques de carvalhos, sobreiros, faias e bétulas são um sonho para qualquer amante da fotografia ou simplesmente da natureza. Nestes locais o sentimento é um pouco diferente daquele que experiencio nas montanhas, em vez de me sentir pequeno e vulnerável, sinto que pertenço àquele local. Talvez porque estou rodeado de seres vivos, as árvores.

Um local complexo e muitas vezes caótico que representa, invariavelmente, um desafio acrescido para os fotógrafos. O que fotografar num ambiente tão confuso? Penso que aqui o facto de ser biólogo de formação contribui de certa forma para aquilo que procuro nestes ambientes, as interações entre árvores. Sabe-se que, por exemplo, os carvalhos comunicam entre si através das raízes/fungos e passam nutrientes para árvores vizinhas. Existem muitas mais interações que não são de todo o cerne deste pequeno texto(1). Uma imagem que retrata bem isto é a "Protectors" onde dois carvalhos, por terras de Pitões das Júnias, parecem proteger um pequeno carvalho que cresce entre eles. No entanto há outras imagens que são apenas antropomorfismos em que vemos formas humanóides interessantes em árvores e foi exactamente isso que acontece em "One Last Kiss" onde vejo duas árvores mortas a darem um último beijo. Este tipo de abordagem, pelo menos para mim, requer algum tempo no terreno, muitas vezes sem fotografar, simplesmente a observar até que padrões, interações ou a luz faça magia e eu veja uma potencial fotografia.




Estes bosques não seriam nada sem a água que corre pelo PNPG nos seus rios maravilhosos e lagoas que todos adoramos e devemos a todo o custo preservar. Talvez por isso partilho muito pouco do meu trabalho realizado nestes locais. São locais muito sensíveis e acima de tudo apetecíveis e portanto todo o cuidado é pouco. São locais que oferecem um dos sons mais bonitos que ouvi até hoje, a água a "correr" e a "saltar" por entre pedras; é simplesmente relaxante. A sua cor esmeralda também não deixa ninguém indiferente. Aqui a água é a "artista" de serviço, moldando rios e rochas ao longo do tempo e criando formas de uma elegância inigualável. Estes sítios são visitados de forma massiva durante a época de verão, principalmente as fechas/cascatas como a que vemos na imagem "Hippies". É preciso sensibilizar toda a população para proteger esta paisagem única do nosso PNPG. Espero que de alguma forma o meu trabalho, que tenta fazer um tributo a este local, seja uma forma de o fazer.

No final devemos estar presentes e respeitar a natureza seja em que lugar for, em tudo o que fazemos e, se possível, ensinar os outros a fazer o mesmo.

Video
***RELEVOS E BRUMAS - PNPG***





Trough the Clouds

GERÊS PROFUNDO

# Uma jornada a Porta Roibas



## Rui Barbosa



Prado Porta Roibas com o Borrageiro ao fundo - António Cunha

Para muitos de nós que caminham pela paixão que se chama 'Serra do Gerês', Porta Ruivas surge como um Olimpo longínquo numa paisagem de sonho, algo a ser «conquistado» numa jornada num Gerês profundo que nos arrebate a alma de uma forma única.

A incursão pelas serranias Geresianas que me leva numa jornada pelos mundos fantásticos até Porta Ruivas, é uma incursão por um mundo de fantasia que imagino encimado por uma pequena torre onde se ergue uma pira pronta a ser acendida num chamamento de auxílio. Certamente, influências de muita leitura fantástica e dos mundos de J. R. R. Tolkien ou de George R. R. Martin, mas não deixa de manter o fogo da imaginação acesso a cada jornada.

Vejo a Serra do Gerês, toda ela, como um lugar único composto de paisagens ímpares em Portugal. Para lá das imagens de promoção desta montanha, verdadeiros tabloides visuais, encontram-se lugares que, por si só, são eles também únicos no mosaico que compõe toda esta singularidade. Ninguém que visite o Gerês e não se disponha a percorrer os seus trilhos a pé, diga que o conhece... eu, que o percorro, digo que não o conheço e isso faz-se sentir cada vez com mais vontade de me «perder» nos seus recantos misteriosos, percorrer os seus carreiros enigmáticos, calcorrear as suas corgas e olhar para lá dos seus alcantilados graníticos que o transformam num conto a ser vivido a cada visita. A Estrela pode ter a fama do Algarve, mas falta-lhe a magnificência do Gerês. E o Gerês é isto mesmo, magnificente!

É quase infindável a lista de locais nos quais nos podemos maravilhar com esta conjugação de lugares e estados que criam o Gerês. Desta lista haverá alguns que são especiais pelas suas particularidades e um desses lugares é Porta Ruivas (ou Porta Roivas).

Desconhecido de muitos e confundido por outros tantos, Porta Ruivas apresenta-se quase como um marco montanhoso em toda a Serra do Gerês. Digno das melhores paisagens do 'Senhor dos Anéis', da fantástica imensidão de 'Silmarillion' ou de um enredo da 'Guerra dos Tronos', Porta Ruivas leva-nos a percorrer uma das zonas mais selvagens da serra, seguindo por um percurso que iniciado nos Prados da Messe e dirigindo-se para Nascente nos poderá levar a Borrageiros e à mina que se abriga à sua sombra.

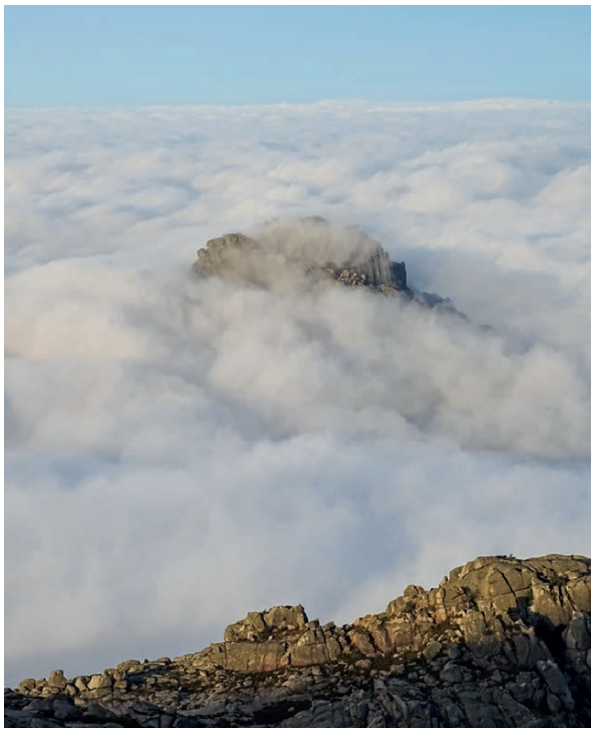
Em Porta Ruivas encontramos um pequeno, mas peculiar curral, exemplo do aproveitamento dos espaços por parte do Homem Serrano que viu ali como que uma fortaleza para guardar os seus animais durante os longos dias de vezeira. Se uma parte está defendida pelo promontório granítico que o caracteriza à distância, o curral abre-se para o abismo da Corga de Valongo encimado pelas



Leonte - António Cunha

Quinas da Arrocela. Mesmo ali adiante, o alto de Borrageiros é um outro ponto distinto na paisagem, um colosso titânico adormecido e para o qual olhamos com reverência e respeito.

O percurso para chegar a Porta Ruivas inicia-se na Portela de Leonte passando pela Chã do Carvalho após ultrapassar o inclinado caminho que ora nos surpreende pelo ziguezaguear encosta acima, ora nos surpreende para dimensão de uma «calçada», fruto de árduo trabalho do Homem da Vezeira. Atrás de nós, o gigante farol da serra vai ganhando corpulência com o Pé de Cabril a ergue-se majestoso contra os céus que o veneram como um deus adormecido. Para lá da chã, e num declive mais suave, chegamos ao Vidoal contemplando a imponência do Pé de Medela e Carris de Maceira na continuação de um quadro rochoso que nos assombra ao passar pelas profundezas dos Cântaros e pela verticalidade de Lavadouros. Deixando o Vidoal para trás, e ladeando o Outeiro Moço por Norte, chegamos à Preza. Daqui, sobe-se à Chã da Fonte depois de contemplar o comprido Vale de Teixeira com os Prados de Cambalhão e de Teixeira, e continua-se para o Curral do Conho através de Lamas de Borrageiro, Chã de Gralheira e Lomba de Pau.



Pé de Cabril - Rui Barbosa



Vidoal e Pé de Cabril - António Cunha



Vale da Teixiera e Cambalhão - António Cunha

Antes da descida para o Conho, facilmente se observa o nosso destino logo a seguir à imensa garganta que se abre em Fechinhas. Passando o Curral do Conho e seguindo o percurso da vezeira, passa-se o Ribeiro do Porto de Vacas e segue-se para o Curral da Pedra. Antes de chegar aos Prados da Messe devemos procurar o nosso caminho por entre a turfeira que se forma na planura da chã e descobrir as mariolas que nos levarão a entrar no Gerês quase selvagem. Seguindo este percurso que está assinalado por grandes mariolas, passamos o Rendeiro e perante nós afunda-se o imenso vale que nos oferece a grandeza das Velas Brancas. Chegamos então perto do Curral dos Bezerros e Porta Ruivas parece estar ali, ao estender da mão. No entanto, a curta distância que nos separa do colosso, transforma-se em longos minutos à medida que vamos percorrendo o silêncio da montanha, expectantes pela paisagem que se forma a cada passo.

É nestes recantos e por entre os grandes blocos de granito que vamos parando e contemplando a paisagem que se recorta no horizonte. Por momentos, somos nós e a serra! É nestas alturas que o céu se pode transformar em algo de magistral com farrapos de nuvens sopradas pelo vento a tingirem o azul.

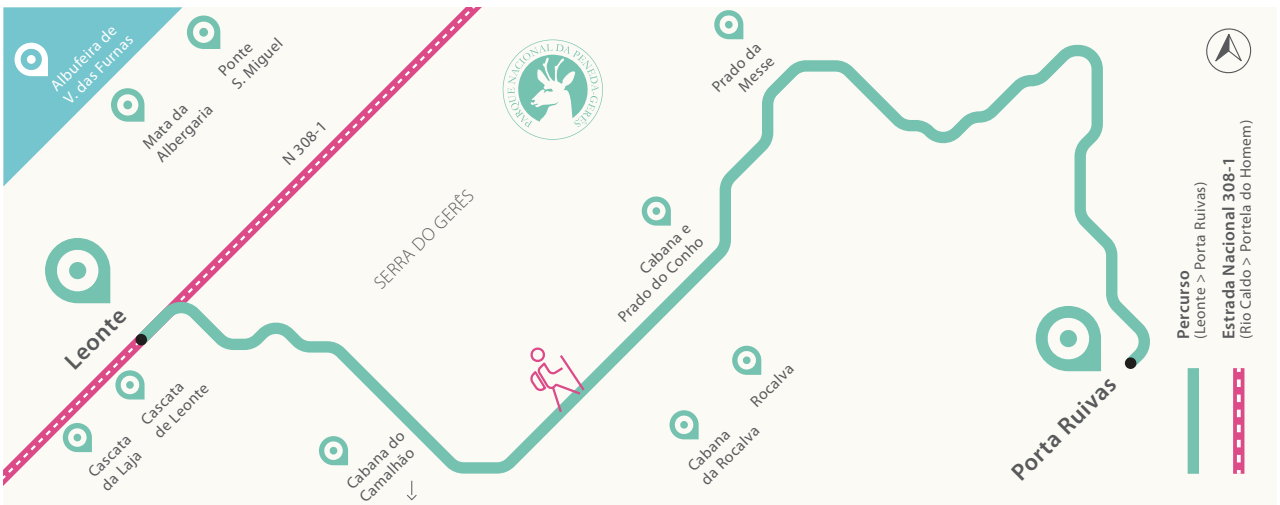
A jornada a Porta Ruivas não é fácil e não aconselhada nos dias em que as sombras se apressam pela paisagem. Por outro lado, o estio veraneante, seca a serra e a caminhada pode tornar-se num longo martírio em busca de água. Os dias de Primavera e os primeiros dias de Outono irão oferecer-nos os melhores cenários para podermos revelar os segredos de Porta Ruivas...



Mariola a caminho do Conho - António Cunha



Prado do Conho - António Cunha





Roca Negra Porta Ruivas - Rui Barbosa

Download
***TRILHO - LEONTE PORTA RUIVAS***



Fichinhas e Velas Brancas - António Cunha




Prado Porta Roibas - António Cunha

# **As moscas, as abelhas e as cascatas do Gerês** – a necessidade de olhar para lá do monte!

**José Carlos Pires**

No mercado actual, o Gerês poderá ser um destino turístico a sério se houver um esforço conjunto e articulado entre as entidades que administram o território, Câmaras Municipais e ICNF, os donos das terras e os agentes económicos do sector, necessariamente numa escala de Parque Nacional, dentro do modelo do governança preconizado pela Organização Mundial do Turismo, a DMO.

## **MOSCAS** VS **ABELHAS**

Neste Verão fomos confrontados com uma notícia que referia que o Gerês estaria "às moscas", devido à diferença de visitantes, comparativamente com os Verões anteriores. Esta inquietação, teve a virtude de nos fazer reflectir de novo sobre cenários e modelo de destino turístico e de negócios que resistam a crises e prosperem com menos visitantes.

Com efeito, sendo o Parque Nacional da Peneda-Gerês a principal área protegida nacional e possuindo muito elevados valores naturais, implica um modelo de gestão do território que tome em atenção a conservação desses valores, em prejuízo das actividades humanas. Daí que, sendo o turismo a principal actividade económica do sítio, necessariamente, terá de ser limitada e condicionada para salvaguarda desses valores.

Ao mesmo tempo, este Verão mostrou-nos muito claramente alguns dos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente a escassez de água para consumo e uso humano e a interdição de um vasto conjunto de actividades económicas devido ao agravamento do risco de incêndio. Estes novos dados vieram acentuar a debilidade das nossas cascatas e cursos de água, pois esgotam-se rapidamente ao longo do mês de Agosto. E o esgotar-se é em todos os sentidos, desde a massificação até ao defraudar das espectativas dos clientes a quem se vendeu uma ideia de destino com maravilhosas cascatas e lagoas, de que não puderam desfrutar, deixando-os insatisfeitos.



Leva-nos isto a perspectivar um sítio organizado para acolher visitantes, do tipo e na quantidade adequados ao destino e que nas relações entre qualidade percebida, valor para o cliente e satisfação, favoreçam o destino num mercado cada vez mais concorrencial. Implicará, necessariamente, assumir e promover a diferenciação entre excursionistas e turistas, categorias que requerem regras de visitação e estratégias de mercado muito diferenciadas, de modo que da próxima vez o jornalista possa dizer que o Gerês passou a atrair abelhas, em vez de moscas. E se o foco forem as abelhas, implicará um trabalho mais sério, com visão alargada, de longo prazo e integrante de todas as partes interessadas. É para esta ideia que se pretende levar o leitor, através de conceitos e teorias que ajudarão a proteger o património natural e os usos e costumes comunitários, compatibilizando com eles as actividades de turismo.

## UMA CONFLITUALIDADE NATURAL

O Parque Nacional da Peneda-Gerês é o território de maior valor natural de Portugal e a sua complexa gestão fica comprometida pelo facto de estar instalado em terrenos privados e cooperativos em mais de 92%, cujos proprietários ou gestores são normalmente afastados dos processos de decisão, outras vezes chamados numa participação ficcionada.

No Parque Nacional regista-se a mesma conflitualidade que é comum suceder noutras partes do mundo, pela simples necessidade de compatibilizar a conservação da natureza com a actividade das comunidades locais. E sem novidade nenhuma, esta conflitualidade acresce pelo simples facto de a área protegida assentar em propriedade com dono e porque é gerida e promovida como se o não tivesse.

Houvesse aqui maior possibilidade de elucidar o leitor e falaríamos um pouco sobre a ilusão criada pelo protocolo e princípios consignados na Carta Europeia de Turismo Sustentável, particularmente da insuficiência que este processo revela quando se limita a reconhecer a necessidade de a entidade gestora da área protegida manter um Fórum de discussão. Aqueles princípios, em bom rigor, não podiam ficar dissociados de um trabalho permanente e cooperante com todos os parceiros e nunca se satisfazer com a realização do Fórum do Parque Nacional ao fim de cada cinco anos, para avaliar o ciclo que termina e validar as intenções de candidatura a fundos comunitários que alguns agentes do território necessitam para o ciclo seguinte.

## AS COMUNIDADES LOCAIS COMO ELEMENTO CHAVE

As políticas do turismo em Portugal estão condicionadas pelo proclamado sucesso económico e dinâmicas do turismo urbano, particularmente o das grandes cidades, fazendo cair o interesse e turvar a visão sobre o turismo de natureza, particularmente nas áreas protegidas. E importa chamar a atenção sobre este aspecto, porque, nas cidades, os problemas situam-se basicamente ao nível da perturbação dos modos de vida dos residentes e da gestão de fluxos e de massas, realizando-se as experiências dentro do espaço do prestador do serviço ou em domínio público. Aqui, na natureza, as melhores experiências ocorrem sobre propriedade alheia, na generalidade das vezes contra vontade dos seus proprietários ou gestores. É claro que situações massificadas, para além dos potenciais danos ambientais, potenciam a rejeição da aceitação de visitantes, existindo hoje várias comunidades que condicionam ou negam acesso à montanha a determinados segmentos de visitantes.

Dando uma breve nota sobre a regulamentação da visitação no Parque Nacional, há que referir que, para além de não diferenciar o excursionista do turista, demonstra ser inadequada e insuficiente relativamente às condições que estabelece e à omissão sobre o tipo de propriedade onde ela tende a realizar-se. Com efeito, ao fazer corresponder à área da Mata Nacional os níveis de protecção mais elevados, torna esse espaço público inacessível à generalidade das actividades turísticas, transferindo, automaticamente, para os Baldios o ónus de acolher as actividades realizadas fora dos estabelecimentos dos seus operadores, quase sempre abusivamente.

## ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – A DMO

Há uns tempos atrás, no início de 2021, aproveitando-se o novo modelo de gestão do Parque Nacional, a cogestão, trabalhou-se um pouco sobre a ideia de criar uma entidade com responsabilidades de organização, gestão e promoção do destino turístico Parque Nacional da Peneda-Gerês, com base num trabalho académico suportado em recomendações da Organização Mundial do Turismo e alinhado com a generalidade da literatura sobre destinos turísticos. Tal entidade é classificada como Destination Management Organization (DMO). Pode-se consultar o trabalho produzido na altura e alguns documentos de suporte em https://dmogeres.blogspot.com/.

Num breve enquadramento conceptual, podemos dizer que temos actualmente três níveis de DMO em Portugal, cabendo o nacional ao Instituto de Turismo de Portugal (ITP), o regional à Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte e o local à Câmara Municipal. Convém chamar a atenção para duas situações atípicas: um sistemático enquadramento na sub-região Minho, sem quaisquer atribuições e, ao contrário, a entrega da promoção externa da região norte à Agência Regional de Promoção Externa, executada através da Associação de Turismo do Porto, mediante protocolo celebrado com o ITP.

Assim, com sustentação na literatura e em bons exemplos de outros destinos internacionais em áreas protegidas, no nosso caso, propõe-se uma DMO intermunicipal, integrando cinco Municípios, dando-lhe escala e, adicionalmente, uma visão e alinhamento estratégico para uma região com determinadas características comuns, espacialmente bem definida, compondo um todo associado a um produto estratégico (Natureza) e que se pode transformar num processo orientado para uma unidade competitiva.

Não se trata de uma construção abstracta, apenas com afinidades geográficas, ou afinidade de produto, mas sim de um território unido por uma certificação (Parque Nacional), facilitando também uma visão de desenvolvimento turístico sustentável. Integrando as principais partes interessadas e estabelecendo uma base de entendimento e de cooperação entre todas as entidades, mais facilmente se harmonizam interesses e se garante a conservação dos valores naturais, o desenvolvimento económico e o bem-estar das comunidades locais.

No que respeita à organização e funcionamento de uma entidade desta natureza, sendo imensas as variáveis e os conceitos, é importante que os princípios sejam definidos durante o processo de instalação da DMO. Todavia, apresentam-se sucintamente algumas ideias chave relacionadas com as suas tarefas principais.

De acordo com Bieger (2008) e Pechlaner (2003), podemos enquadrar as principais tarefas de DMO em quatro pontos.

Compete-lhe, em **primeiro lugar**, criar um conceito e desenvolver um planeamento estratégico para o destino. E o conceito deve assentar no produto Natureza, num território certificado como Parque Nacional humanizado, onde é possível desenvolver experiências com pessoas locais, de forma sustentada. E o planeamento estratégico, deve prevenir a massificado, tratar a sazonalidade e procurar de facto mercados que ocupem efectivamente as épocas baixas, sem se contentar apenas por substituir clientes em época alta.

Em **segundo lugar**, trabalhar o marketing do destino, para dentro e para fora, obedecendo a uma estratégia de marketing, bem como um conceito de comunicação e marca que deve ser apoiado por pesquisa e análise de mercado. E o marketing poderá alinhar por um destino de natureza, dando atenção ao turismo responsável, ecoturismo, geoturismo e turismo sustentável; enquanto que a marca deve ser desenvolvida num processo liderado por especialista e aceite de forma consensual. A marca Gerês pode cumprir esse desiderato, apesar de haver reservas mais de natureza emotiva do que racional.

A **terceira** tarefa é criar uma oferta através do desenvolvimento de produtos e da qualidade, bem como a gestão de preços, a coordenação e operação de canais de vendas, o que não sendo propriamente uma novidade nalguns aspectos, vem facilitar a comunicação interna e a adesão das empresas num projecto integrado do destino. O destino está actualmente prejudicado pela competição que algumas empresas encetam por via do abaixamento de preços, quando ela deveria ser pelo aumento do valor proporcionado ao cliente, induzindo o aumento do preço. Compete hoje às DMO proceder à comercialização dos produtos dos seus associados, através de soluções de parceria e cooperação.

A **quarta** tarefa da DMO é coordenar e fazer lobby dentro do destino para desenvolver a consciência e atenção para o turismo na região. Neste caso concreto, é o tal turismo em sentido holístico, que garanta a conservação da natureza (a integridade dos ecossistemas; a preservação das espécies e habitats da flora e fauna selvagens e dos geossítios; e a conservação e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e as restantes componentes da diversidade biológica da respectiva área de intervenção), respeite e contribua pelas externalidades que resultam da propriedade privada e comunitária e melhore a qualidade de vida das comunidades locais.

**José Carlos Pires**

*Director do Parque Cerdeira*
*Co-fundador da associação Gerês viver Turismo*
*Co-fundador do Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês*

*(Escrito fora do acordo ortográfico)*





# A cabra-montês no Parque Nacional da Peneda-Gerês

**Miguel Dantas da Gama**

A cabra-montês (*Capra pyrenaica*) que no passado ocupou de uma forma contínua toda a Península Ibérica (e a vertente francesa da cordilheira pirenaica) viu a pouco e pouco a sua população ser fragmentada em núcleos isolados, gerando o surgimento de caracteres diferenciadores, que levaram à identificação de quatro subespécies. Uma delas - *Capra pyrenaica lusitanica* -, que outrora ocorria na Serra do Gerês e no sul da Galiza, foi dada como extinta nos finais do século XIX.

A situação manteve-se até 1999, altura em que, a partir da libertação de exemplares da subespécie *Capra pyrenaica victoriae*, a cabra-montês voltou à região onde, entretanto, foram criados o Parque Nacional da Peneda-Gerês, Portugal (1971) e o Parque Natural Baixo Limia-Serra do Xurés, Espanha (1993).

Nos anos decorridos, o grupo de indivíduos que compõem esta nova ocorrência tem vindo a aumentar exponencialmente.

## Habitat e comportamento da Cabra Montesa

Ao contrário do que acontece com a camurça (*Rupicapra rupicapra*), a ausência do tabique interdigital permite o afastamento das duas partes dos cascos, o que facilita às cabras uma progressão sobre as rochas que a torna um animal extremamente ágil neste meio.





Não estando dotadas para tal, evitam zonas com muita neve, bem como geleiras onde se tornam presas fáceis. Daí que no inverno, também por este facto, desçam dos cumes das serras para onde se deslocaram durante o Verão. Se não são perseguidas pelo Homem, seu maior inimigo, movem-se e alimentam-se de dia. Caso contrário pastam ao amanhecer e ao cair do dia.

Quinze a vinte quilos de ervas, flores, algumas folhas, plantas completas incluindo a raiz que desenterra escavando com os cascos, constituem a dieta herbácea e lenhosa da cabra-montês e que é tão variada quanto os locais que percorre durante as diferentes épocas do ano. Diversos estudos permitem concluir, que a cabra seleciona a sua dieta em função da qualidade disponível em cada momento.

Trata-se de um animal gregário que no entanto se isola em circunstâncias especiais. Os machos, quando são muito velhos, deambulam solitários tornando-se erráticos.

As fêmeas deixam o rebanho para parir, procurando penedias em escarpas lisas, onde possam com facilidade evitar ataques de raposas às suas crias.

Passado este período mais crítico, as jovens cabras e as suas progenitoras reagrupam-se com as suas semelhantes. Os rebanhos são vigiados por alguns indivíduos, que ao menor risco emitem sinais de alarme.

Numa população estável e numerosa, formam-se grupos unissexuais. Os dos machos adultos, podem atingir uma centena de indivíduos.

As fêmeas e crias convivem à parte guiadas normalmente por uma cabra mais velha. Alguns investigadores pensam que com este comportamento, os machos e fêmeas evitam competição direta pelo alimento. Os primeiros pastam normalmente a maiores altitudes. Existe também uma dispersão altitudinal ao longo do ano. No Verão as cabras procuram pastos frescos a maiores cotas. As movimentações refletem igualmente a procura das encostas com as exposições mais favoráveis (sol, vento, ...) em cada época do ano.









No período do cio, de finais do outono ao início do inverno (novembro e dezembro) os rebanhos juntam-se e tem lugar a disputa entre machos pela posse das fêmeas, ocorrência que antecede o acasalamento. É um espetáculo singular ver os exemplares mais dotados envolverem-se em confrontos por vezes violentos dado a força dos impactos, que provocam com as armações audíveis a mais de um quilómetro de distância.



As fêmeas atingem a maturidade sexual aproximadamente aos 30 meses (por vezes mais cedo), quando o seu peso ronda os 24kg.

Tratando-se de uma espécie polígama, o macho vencedor fecunda todas as fêmeas. Após um período de gestação de 160 a 175 dias nasce, por norma, uma cria a cada fêmea.

Chegamos ao princípio do Verão. Com ele inicia-se o período de vigilância constante por parte das fêmeas, contra ataques de predadores naturais dos jovens cabritos, de onde se destaca a águia-real (*Aquila chrysaetos*), cujas arremetidas são tenazmente repelidas pela destemida progenitora.

Mas mais que a predação por parte de espécies selvagens e até os acidentes – o desmoronamento de rochas, bem como os despenhamentos que ocorrem na sequência dos combates entre machos –, nesta fase da sua vida são as doenças epidémicas – sarna sarcópica e brucelose – e a caça que o Homem lhes move – legal (na vizinha Espanha) ou furtiva – que mais afetam as cabras. A combinação destes fatores, leva a que a mortalidade das cabras vá variando ao longo da sua vida. Depois de uma taxa infantil expressiva até aos três anos, segue-se um período de estabilidade - de 8 anos nos machos e 10 anos nas fêmeas. Após estas idades, o número de mortes cresce rapidamente em ambos os sexos.





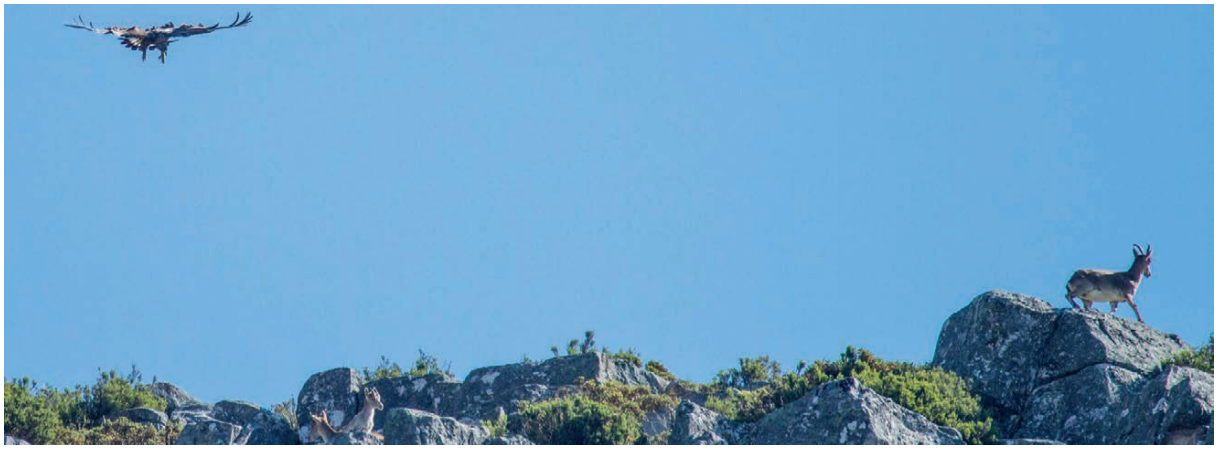
Os cabritos nascem com cerca de 2kg, atingindo na idade adulta um peso que pode oscilar ente os 40 e os 110kg, para um comprimento de 115 a 165cm e uma altura do garrote de 65 a 90cm.

Os cornos divergentes em forma de lira e de textura anilhada - o número de anéis vai aumentando com a idade - com que os machos lutam pelas fêmeas podem medir um metro, sendo no entanto normal o seu comprimento situar-se entre os 80 e os 90cm nos indivíduos adultos, ultrapassando 1kg o peso de cada um.

Daí que enquanto os membros posteriores facilitam a locomoção, os anteriores destinam-se principalmente ao suporte de uma massa corporal muito concentrada na parte anterior do corpo. A cabeça é grande, as orelhas são curtas. Indicador evidente do dimorfismo sexual desta espécie, as fêmeas exibe apenas pequenas pontas. Em ambos os sexos os cornos são persistentes e não ramificados.

**Texto** Miguel Dantas da Gama (*)
**Fotografias** Luís Borges.

(*) extratos do livro «A cabra-montês do Gerês da extinção à reintrodução, um novo desafio», edição CANHÕES DE PEDRA, 2008.



# O Garrano *(Equus caballus celticus)*

O Garrano *(Equus caballus celticus)* é uma espécie da família dos equídeos com uma presença predominante no Parque Nacional Peneda-Gerês

Fósseis encontrados na região centro, apontam para uma idade de 150.000 anos, apontando para a última era glaciar, Glaciação Würms, durante este período o Garrano como outras espécies de mamíferos, exemplo os Cervos procuraram regiões de fácil pastoreio.

No vale do Côa, o garrano é o animal mais representado.



No final da era glaciar, a temperatura aqueceu derretendo o gelo, criando regiões mais húmidas levando á formação de vastas florestas, proporcionando ao refúgio ideal para estes animais.

No entanto, há quem defenda que o Garrano nunca despareceu da Península Ibérica, Para sustentar a sua afirmação, tem em consideração que no Neolítico o Homem deixou de ser nómada e habitou em permanência a Península Ibérica, sendo evidentes as relações comerciais dos povos do Neolítico, pela ocorrência de materiais estranhos à região, supostamente importados (âmbar, obsidiana...), sendo apenas possível com o auxilio do cavalo.

Há ainda outra versão da história que aponta para a primeira hipótese, com uma pequena alteração, defendendo o seu deslocamento durante a era glaciar e teriam sido reintroduzidos pelos povos germânicos que ocuparam a Região depois da queda do império Romano. No caso os Búrios, tribo sueva oriunda na região entre o Rio Vístula e o Rio Oder, que deu origem ao nome de Terras dos Bouro.

Histórias antigas são contadas sobre este animal, o último cavalo selvagem no mundo, cavalo autóctone que na região Norte de Portugal, Viriato enfrentou os Romanos a cavalo de um Garrano, a cavalo de um Garrano D. Afonso Henriques fez a reconquista Cristã, D. Dinis Teria um Garrano.

Também na expansão marítima Portuguesa, os Garranos desempenharam um papel importante, servindo para transporte de mercadorias e transporte de pessoas

O Garrano revela-se como o mais adequado à lavoura do sistema agrícola de minifúndio, e ao transporte de pessoas e mercadorias com maior economia e segurança pelas íngremes e sinuosas vias de montanha.

Os romanos deixaram-nos as primeiras referências escritas sobre os Garranos, referindo os seus andamentos rápidos e cómodos. Bem adaptados aos caminhos de montanha, eram utilizados como correio e transporte de carga a dorso.
Actualmente a área de criação da raça Garrana situa-se na região Noroeste de Portugal, encontrando-se os Garranos dispersos pelas províncias do Minho (concelhos de Amares, Arcos de Valdevez, Cabeceiras de Basto, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Valença, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila Nova Cerveira e Vila Verde) e Trás-os--Montes (concelho de Montalegre).

No Parque Nacional da Peneda-Gerês, das 22 freguesias que lhe estão afectadas e pertencentes aos concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre, 15 contribuem para o solar de dispersão da raça garrana, num total de 696,89 km2 (96,8% da área total do Parque). É também a de maior expressão, incluindo o Parque Nacional da Peneda-Gerês com uma extensa área montanhosa que se estende do planalto de Castro Laboreiro ao da Mourela, onde cabeços rochosos e vales encaixados, rios e afluentes, circos glaciares e moreias alternam com largos trechos de paisagem humanizada. Compreende as Serras da Peneda (1314 m), do Soajo (1416 m), Amarela (1361 m) e do Gerês (1508 m). Fora do Parque mas ainda no Minho, outros conjuntos montanhosos estão povoados por Garranos, como as Serras de Arga (797 m), de Sta. Luzia (549), de Monção (744 m), de Paredes de Coura (890 m) e da Cabreira (1279 m). Em Trás-os-Montes, a Serra do Larouco (1527 m).

**Padrão da Raça:**

Perfil recto, por vezes côncavo. Animais de corpo atarracado, pernicurtos, de sólida constituição óssea. O seu peso rondará os 150 quilos;

**Altura** - Medida ao garrote, nos animais adultos Altura 1.35 cm

**Pelagem** - Castanha comum, podendo tender para o escuro; quase sempre sem sinais. Mais clara no focinho puxando para o bocalvo, por vezes também mais clara no ventre e nos membros. Topete farto. Crinas pretas tombando para ambos os lados. Cauda também preta, com borla de pelos encrespados na raiz;

**Cabeça** - Fina mas vigorosa e máscula. Nos machos é grande em relação ao corpo, proporcionalmente maior que nos cavalos. Perfil recto, por vezes côncavo. O crânio insere-se sempre na face com grande inclinação, de forma que a parte superior da fronte é convexa de perfil; a crista occipital é pouco saliente em relação aos côndilos. Órbitas salientes sobre a fronte transversalmente planam. Os olhos são redondos e expressivos. Narinas largas. Orelhas médias. Os dentes são característicos. As ganachas são fortes e musculosas;

**Pescoço** - Bem dirigido e musculoso, mas curto e grosso, especialmente nos garanhões;
Garrote - Baixo e pouco destacado;

**Dorso** - Reto e curto; Peitoral - Amplo;

**Costado** - Costelas geralmente chatas e verticais; Garupa - De ancas saídas, é forte, larga, tendente para o horizontal;


António Cunha


António Cunha

**Espádua** - Vertical e curta;

**Membros** - Aprumados, curtos mas grossos. Fortes, de quartelas direitas, vestidas de pelo grosso. Cascos cilíndricos;

**Andamentos** - Geralmente fáceis, rápidos, de pequena amplitude mas altos. Nos caminhos de montanha são firmes a subir e a descer e cuidadosos com as pedras e os obstáculos das estradas acidentadas. Facilmente ensinados a andar em passo travado e andadura; Andamentos - Caracter dócil. O macho inteiro tem muita vivacidade mas, após o desbaste, torna-se tolerante no trabalho e manso. É um cavalo de fundo, resistente, sóbrio e fácil de ensinar;

**Aptidão** - Cavalo de sela, transporte de carga e tração, com especial aptidão para caminhos de montanha, trabalhos agrícolas e atrelagem.

Está, assim, também inerente a dimensão ambiental que passa por garantir que o Garrano é parte da solução na preservação da paisagem e de ecossistemas importantes, que garantem o equilíbrio ecológico de um determinado território.

Salienta-se o seu papel na construção e manutenção da paisagem, na defesa dos sistemas agro-silvo-pastoris e no equilíbrio dos ecossistemas que lhe estão associados, através da utilização eficiente dos recursos disponíveis, tais como as áreas de matos, muitos deles sem qualquer outro tipo de aproveitamento. A redução da biomassa arbustiva e a prevenção de incêndios que poderão proporcionar permite-lhes a conservação da biodiversidade, da preservação do ar, dos solos e dos sistemas aquíferos, um papel que não pode ser substituído.




Dimensão social, na medida em que se observará um forte contributo das diferentes iniciativas para a dinamização do tecido económico local e regional, o incentivo ao turismo de natureza destas regiões (onde o potencial é enorme) e à fixação cada vez maior da população em zonas demograficamente desfavorecidas.

Até à segunda metade do século XX, antes da mecanização dos trabalhos agrícolas e da difusão do acesso ao transporte ferroviário e automóvel, o garrano desempenhava um papel muito importante na economia agro-pastoril, sendo intensamente utilizado pelas comunidades rurais.

Actualmente tem o lobo como seu principal predador, o Garrano desenvolveu uma táctica de defesa em relação ao seu predador, estes quando ameaçados, fazem uma roda, ficando as crias ao centro, o grupo coloca as patas traseiras viradas para o exterior, tendo os seus coices como principal arma de defesa, ao mesmo tempo o macho dominante exibe-se, correndo de um lado para outro para o lobo se sinta intimidado.






De destacar, em Terras de Bouro, Santa Isabel do Monte e Serra Amarela como locais de fácil observação.

O Turismo, pode e deve ser encarado como a grande oportunidade de sustentabilidade na criação destes animais, não só como os, muito procurados passeios a cavalo mas também como horse washing, consiste numa actividade de observação destes animais em estado selvagem, actividade muito na moda em alguns países europeus.

**Sérgio Gonçalves** Município de Terras de Bouro
**Henrique Rodrigues** Gerês Equi'Desafios
**Fotografias** António Cunha



# VEZEIRA
# Visitar Pastores em Vilar da Veiga

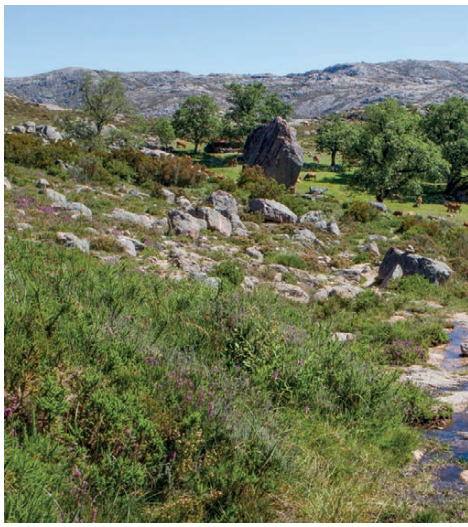
A cada ano, no segundo domingo de maio, o gado bovino da freguesia de Vilar da Veiga atravessa a Vila do Gerês pela rua principal a caminho de pastagens de alta montanha.

**Celso Braga Rosa**



A esta prática centenária chama-se Vezeira. Constituída em sociedade civil em 1802 com a denominação *Real Vezeira das Vacas da Freguesia de Santo António de Vilar da Veiga* – que em 1962 altera a sua denominação, ainda que não o seu âmbito, para *Sociedade de Socorro Pecuário da Freguesia de Vilar da Veiga* –, esta é mais conhecida simplesmente como *Vezeira de Vilar da Veiga*, e é uma prática comunitária solidária, centenária, que permite que criadores de gado bovino associados se entreajudem nas despesas e apascentação comum do gado na alta montanha durante os meses quentes da Primavera e Verão, em regime de rotatividade (à vez, Vezeira). O gado dos criadores associados da Vezeira é então levado para a serra durante esses meses mais quentes e guardado à vez, o que permite que cada um deles não tenha de estar em permanência a vigiar o seu gado, li A esta prática centenária chama-se Vezeira. Constituída em sociedade civil em 1802 com a denominação Real Vezeira das Vacas da Freguesia de Santo António de Vilar da Veiga – que em 1962 altera a sua denominação, ainda que não o seu âmbito, para Sociedade de Socorro Pecuário da Freguesia de Vilar da Veiga –, esta é mais conhecida simplesmente como Vezeira de Vilar da Veiga, e é uma prática comunitária solidária, centenária, que permite que criadores de gado bovino associados se entreajudem nas despesas e apascentação comum do gado na alta montanha durante os meses quentes da Primavera

# TRADIÇÃO COMUNITÁRIA







e Verão, em regime de rotatividade (à vez, Vezeira). O gado dos criadores associados da Vezeira é então levado para a serra durante esses meses mais quentes e guardado à vez, o que permite que cada um deles não tenha de estar em permanência a vigiar o seu gado, libertando assim cada um dos associados (os vezeiros) para outras tarefas e profissões, ao mesmo tempo em que deixa livres durante esse período os terrenos que cada um possui em baixo, junto aos estábulos dos animais, para o cultivo de produtos agrícolas como a batata ou o milho. Esta pequena produção agrícola não poderia ter lugar caso o gado ocupasse durante os meses quentes esses terrenos como local de pastagem. Esta prática, a Vezeira, nasce assim de uma estratégia comunitária de entreajuda para a maximização de meios e de recursos, assente na premissa que por cada duas cabeças de gado que possua (uma junta) cada vezeiro esteja obrigado a prestar um dia de vigília na montanha, segundo uma *Roda de Serviço* pré-estabelecida. Isto, e o facto de se ter constituído em Sociedade Civil há já mais de 200 anos, faz da Vezeira de Vilar da Veiga uma prática com características singulares que a distinguem de outras com o mesmo propósito, fazendo uso de terrenos de utilização comunitária na Serra do Gerês – terrenos esses hoje sob alçada do Parque Nacional da Peneda-Gerês – e a currais na serra propriedade da própria *Sociedade de Socorro Pecuário da Freguesia de Vilar da Veiga*.

Esta prática antiga, à qual já Jeronymo Contador d'Argote (clérigo e historiador dos séculos XVII e XVIII) se referia nas suas *Memórias do Arcebispado de Braga* como "bezeira", reforça as suas normas costumeiras com normas escritas através da constituição, em 1802, da *Real Vezeira das Vacas da Freguesia de Vilar da Veiga*, em cuja Escritura se percebe que este costume vinha já de antanho. Este documento é depois reformado, em 1882, pelo *Livro que hade servir para o Rol Viseira das Vacas da freguezia de Santo Antonio do Villar da Veiga*, dado o estado de degradação do primeiro. Bem mais tarde, já em 1962, e como foi acima referido, é criada a *Sociedade de Socorro Pecuário da Freguesia de Vilar da Veiga*, entidade que ficou encarregue da organização da Vezeira e cuja escritura viria a sofrer ligeiras alterações 20 anos depois, em 1982. É este um apontamento histórico que ressalva o facto de que falar-se da Vezeira de Vilar da Veiga significa não apenas falar-se de uma tradição que reforça uma



identidade local, ou que reforça uma identidade enquanto membros de um conjunto de associados que perpetua uma prática centenária, mas é falar-se também de uma identidade individual das gentes desta Freguesia. E este frágil equilíbrio entre identidade individual num mundo multi-identitário, e esta solidariedade e partilha intergeracionais, constituem a maior riqueza da Vezeira de Vilar da Veiga, um património a salvaguardar para um futuro comum, onde usos e costumes locais tenham não apenas lugar de destaque, mas sejam âncora para um orgulho partilhado.



Identidade individual e património comum não são conceitos mutuamente exclusivos. Pelo contrário, são os vários matizes individuais de um património comum, seja este material ou imaterial, que lhe emprestam a sua maior riqueza e onde reside a sua maior força. Porque se a identidade de cada um de nós é composta por camadas, se elas nos forem a pouco e pouco sendo retiradas no fim o que restará de nós enquanto país, enquanto comunidade e enquanto indivíduos será pobre, oco e sem memória. Será uniforme no pior sentido do termo, porque um futuro viável tem necessariamente de passar pela coexistência em harmonia e respeito pelas identidades, e não por uma cega homogeneização da diferença.

**Celso Braga Rosa, Antropólogo** - 7 de Junho de 2022





# Alguns Apontamentos sobre a **flora do Parque Nacional Peneda-Gerês**

**Américo Pereira**

O Parque Nacional Peneda-Gerês alberga, no contexto nacional, uma flora riquíssima, fundamentalmente devido à diversidade dos habitats que compõem o seu vasto território, tendo como pontos fulcrais os seus bosques mistos de baixa e média altitude, as zonas ribeirinhas, a média montanha e as zonas de maior altitude, normalmente acima dos 1000 metros. Todos estes habitats são compostos por solos ácidos e zonas graníticas, que modelam, de forma significativa, a flora aqui existente.

Na sua área geográfica podemos encontrar algumas espécies únicas em Portugal, bem como outras mais comuns, mas todas de grande interesse botânico, tanto para amadores como para especialistas. Nestas breves páginas abordarei algumas espécies significativas, umas de conhecimento comum, outras apenas notadas por quem viaja/calcorreia os quatro cantos da serra, desde a Mata de Albergaria até Pitões das Júnias, ou mesmo no maciço entre a Mata do Ramiscal e Castro Laboreiro. O critério de escolha desta abordagem baseia-se, um pouco, no conhecimento simbólico por parte da população em geral e pela raridade de algumas delas.

Infelizmente, algumas das espécies focadas, neste breve artigo, são já muito raras, quer pelo condicionamento da especificidade dos habitats, que por fatores externos que têm influenciado negativamente a sua evolução. As pastagens intensivas e as alterações climáticas estão na base de muitos destes problemas, não sendo de excluir o calcorreio indiscriminado pela serra, de muitos dos seus visitantes. Importa, pois, tomar consciência destes problemas e minimizar os seus efeitos negativos no património natural, não só pela sua importância lúdica e cultural, como também pela sua importância na sobrevivência da própria espécie humana.

Uma das formas de modificar positivamente o rumo desta trajetória é o conhecimento do ambiente que nos rodeia, para, deste modo, lhe darmos a devida importância e o podermos preservar e usufruir conscientemente, valorizando-o não só nos seus aspetos culturais e científicos, como económicos. Sem estes valores o nosso território perderá, seguramente, os seus atrativos e deixará de ter a importância e a projeção que tem atualmente, a nível nacional e internacional.

**Nota:** As épocas de floração apresentadas são meramente indicativas, podendo estas oscilar ligeiramente, de acordo com as condições meteorológicas de cada ano.



### *Gymnadenia conopsea* (L.) R. Br.

Esta belíssima e rara orquídea apenas pode ser observada, em Portugal, no PNPG, em locais de turfeira/escorrimento de águas, normalmente sempre acima dos 1100 metros de altitude.

**Época de floração:** meados de junho até meados de julho.

**Estatuto de conservação:** Em perigo (Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental).



### *Tulipa sylvestris subsp. australis* (L.) Pamp.

**Tulipa brava**

No PNPG pode ser observada em clareiras de matos, mas sobretudo em locais pedregosos/rochosos, normalmente em altitudes acima dos 1000 metros.

**Época de floração:** maio e junho. Noutros locais do país floresce mais cedo.

**Estatuto de conservação:** Não aplicável.



## *Narcissus rupicola* Dufour

Na Serra do Gerês, apenas pode ser observado em algumas cristas rochosas (granitos), normalmente em altitudes sempre acima dos 1200 metros.

**Época de floração:** final de abril e maio.

**Estatuto de conservação:** não aplicável.



## *Lilium martagon* L.

**Lírio martagão**

Normalmente, em zonas de bosques caducifólios (carvalhais), podendo também surgir em bermas de caminhos e clareiras de matagais.

**Época de floração:** final de junho ao início de agosto.

**Estatuto de conservação:** Vulnerável (Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental).



## *Thymelaea broteriana* Cout.

**Urzais**

Clareiras de urzais e outros matos baixos, em zonas de montanha, de média e elevadas altitudes. Não sendo uma planta exclusiva do PNPG, as maiores populações desta espécie encontram-se no seu território.

**Época de floração:** abril e maio.

**Estatuto de conservação:** Em perigo (Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental).



### *Fritillaria nervosa* subsp. *nervosa* Wild

Pode ser observada em clareiras de matos e fendas rochosas, em zonas de montanha. Está distribuída por toda a área do Parque, não sendo, contudo, muito abundante.

**Época de floração:** abril até ao início do mês de junho.

**Estatuto de conservação:** Categoria de risco de extinção em Portugal Continental, segundo critérios do IUCN.



### *Valeriana montana* L.

**Valeriana-da-serra**

Esta espécie apenas pode ser observada no PNPG, num único local, sendo uma das plantas mais raras em Portugal. Apenas pode ser observada numa corga sombria e húmida, nas margens e paredes rochosas de um regato de montanha.

**Época de floração:** junho.

**Estatuto de conservação:** Criticamente em perigo (Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental).



### *Iris boissieri* Henriq.

**Lírio-do-Gerês**

Pode ser observado em fendas de rochas, locais pedregosos, zonas de matos, sempre em solos ácidos de montanha.

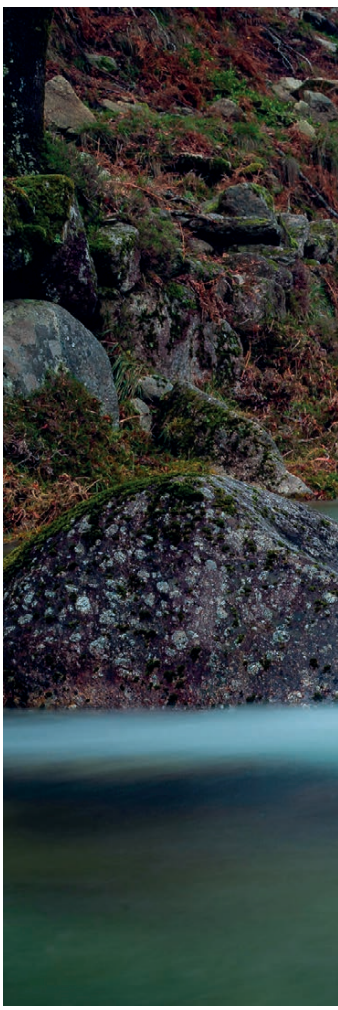
**Época de floração:** fim de maio ao início de julho.

**Estatuto de conservação:** Categoria de risco de extinção em Portugal Continental, segundo critérios do IUCN. Quase ameaçada.

# Recursos hídricos subterrâneos do Concelho de Terras de Bouro

**Eduardo Gonçalves**

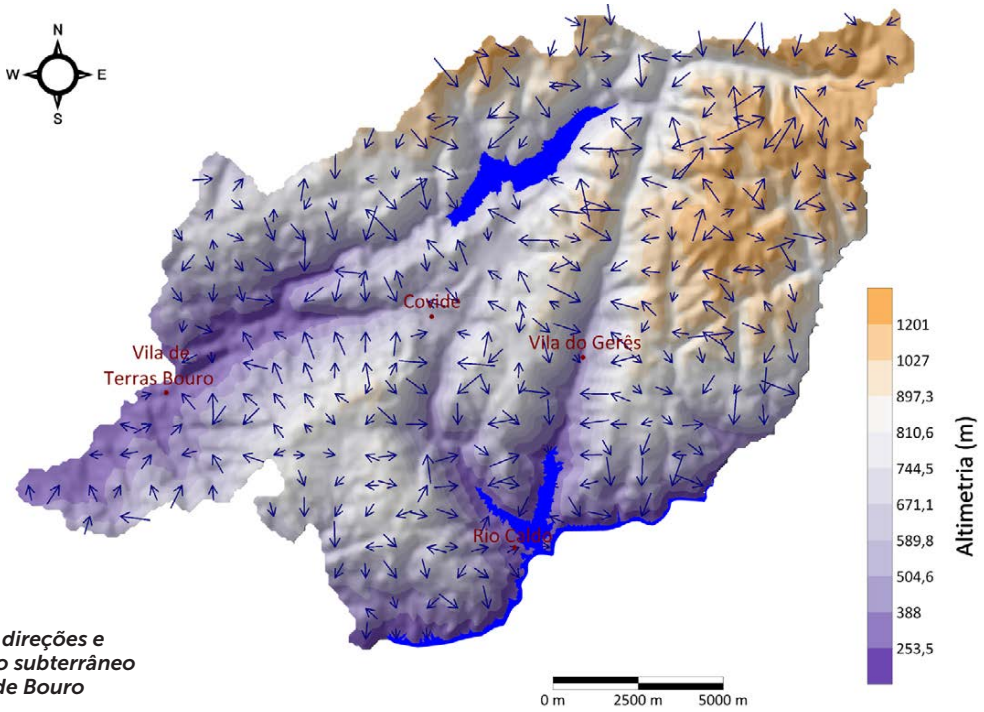
Nas várias povoações rurais do Concelho de Terras de Bouro são inúmeras as histórias transmitidas por pessoas mais idosas sobre a existência de "braços de mar" em encostas graníticas.



**A Serra do Gerês e o Concelho de Terras de Bouro encerram extensas massas graníticas que fazem parte Maciço Antigo Ibérico.** Na verdade, está-se na presença de maciços rochosos que se instalaram em resultado de importantes eventos magmáticos hercínicos, ocorridos há mais de 300 milhões de anos.

Ao longo das etapas de deformação crustal que se seguiram (orogenia hercínica) formaram-se as principais estruturas tectónicas da região, onde se destaca a falha geológica Gerês-Lóbios. No decurso de eras geológicas mais recentes, outras fases de deformação crustal ocorreram as quais amplificaram o índice de fraturação dos maciços graníticos da região, particularmente no período de "levantamento" da cadeia de montanhas alpinas.

Apesar dos episódios de deformação crustal acima referidos, os últimos 300 milhões de anos de história natural pautam-se por longos períodos de erosão que permitiram o gradual afloramento dos maciços graníticos à superfície. Todavia, grande parte destes maciços fissurados encontra-se em níveis subterrâneos, sobrepondo-se a massas de rocha básica (essencialmente doleritos) que pontualmente afloram à superfície.




*Gradientes hidráulicos, direções e sentidos de escoamento subterrâneo do concelho de Terras de Bouro*







O nível de fissuração destes maciços graníticos veio a ser intensificado por meio do fenómeno de descompressão litostática, ou seja, pelo progressivo alívio da pressão/peso por meio de erosão de material rochoso e solo que existia em níveis superficiais e sub-superficiais. Este alívio de carga litostática favoreceu o desenvolvimento de fraturas graníticas que são resultantes de secções de lascagem naturais que haviam sido produzidas aquando da solidificação dos magmas graníticos.

Em resultado de todos estes processos dinâmicos, temos então cadeias montanhosas marcadas por maciços graníticos densamente fraturados (em resultado de diferentes processos naturais) que, além de darem origem às mais espectaculares geoformas, em níveis subterrâneos estão na génese de um dos recursos mais valiosos da região, as águas subterrâneas.

As massas de água subterrânea, conhecidas como aquíferos, distribuem-se ao longo dos maciços rochosos fissurados da região. Com efeito, não é por acaso que nas vastas áreas montanhosas do Norte e Centro de Portugal se usa com frequência a expressão "veias de água" que na verdade correspondem fraturas facilitadoras do armazenamento e da circulação gravítica da água.

A fraturação, em conjunto com o desgaste natural dos granitos (meteorização), estão na origem destes verdadeiros reservatórios de água naturais que são extraídos de diferentes formas, mas principalmente através de minas em encostas montanhosas. Estas cavidades horizontais são verdadeiros pronúncios do saber ancestral que foi transmitido de geração em geração pois, intersetam as principais "famílias" de fraturas graníticas, as verticais e subverticais.

Nas várias povoações rurais do Concelho de Terras de Bouro são inúmeras as histórias transmitidas por pessoas mais idosas sobre a existência de "braços de mar" em encostas graníticas.

A verdade é que, em zonas de encosta fundo de vale, existem condições favoráveis ao escoamento gravítico de águas. Este processo, conhecido como gradiente hidráulico, está evidenciado pela extensão dos segmentos (setas) apresentados na figura em baixo. Efetivamente, a extensão dos segmentos revela a variação do gradiente hidráulico subterrâneo ao longo do Concelho de Terras de Bouro, determinados pela topografia. As direções desses segmentos são também reveladoras das e sentidos principais de fluxo de águas subterrâneas determinados pelas variações topográficas locais.



Além dos próprios recursos hidrogeológicos que os maciços graníticos encerram, as pequenas edificações associadas são vestígios de um património histórico que merece ser estimado e preservado. Na verdade, são inúmeras as infraestruturas de rega comunitária constituídas por minas, diques (ou poças), regos e regatos, aquedutos, etc. Estas pitorescas construções são indícios da transmissão do saber ancestral, e revelam a enorme perseverança e resiliência das populações. Não menos belos e pictóricos são os inúmeros fontanários que proliferam nas encostas graníticas da região que são uma das imagens turísticas da região.

Se é certo que o Concelho de Terras de Bouro e Serra do Gerês beneficiam de condições climáticas propícias à recarga e manutenção dos recursos hídricos subterrâneos, onde se destacam os elevados índices de precipitação e baixa evapotranspiração, também é verdade que se destaca um contexto geológico e geomorfológico favorável.

A sustentabilidade deste "equilíbrio" hidrológico é também assegurada pela manutenção de manchas de floresta, por práticas agrícolas tradicionais e atividades/políticas de gestão que minimizem ou produzem um reduzido impacto na qualidade das águas subterrâneas.

Os recursos hídricos subterrâneos da região (aquíferos e aquitardos) são também determinantes na manutenção dos ecossistemas e na própria paisagem, na medida em que garantem um caudal de base dos principais rios e ribeiros no decurso das épocas mais quentes e secas do ano.

Numa nota final acresce dizer que os preciosos recursos hídricos aqui retratados merecem ser estimados e valorizados. Merecem igualmente boas práticas de gestão e ordenamento, numa lógica de desenvolvimento sustentável, particularmente no atual cenário de alterações climáticas. A experiência recente ensina-nos que o sucesso das campanhas de valorização e gestão dos recursos e património natural, onde se incluem recursos hídricos subterrâneos, assentam muito na divulgação, na pedagogia e em políticas inovadoras com expressão mediática. Uma delas seria, seguramente, a instituição de Parques Hidrogeológicos.

**Eduardo Jorge dos Santos Gonçalves**

*Licenciado em Geologia (Universidade do Porto)*
*Mestre em Prospeção e Avaliação de Recursos Geológicos (UP)*
*Doutorado em Geociências (UP)*



# Miradouro da Pedra Bela

Localizado a 829 metros de altitude, o Miradouro da Pedra Bela é, talvez o mais conhecido do concelho devido à grande beleza cénica que de lá se vislumbra. A paisagem alcançada é um autêntico anfiteatro natural, tendo como pano de fundo as pontes de Rio Caldo e toda a albufeira da Caniçada.

Neste local, além da sombra refrescante de cedros e bétulas, é também possível encontrar uma pequena fonte e várias mesas para a pausa de uma merenda, enquanto se contempla a paisagem como o fez Miguel Torga, no seu poema "Pátria", colocado neste local.

Serra!

E qualquer coisa dentro de mim se acalma...
Qualquer coisa profunda e dolorida,
Traída,
Feita de terra
E alma.
Uma paz de falcão na sua altura
A medir as fronteiras:
– Sob a garra dos pés a fraga dura,
E o bico a picar estrelas verdadeiras...

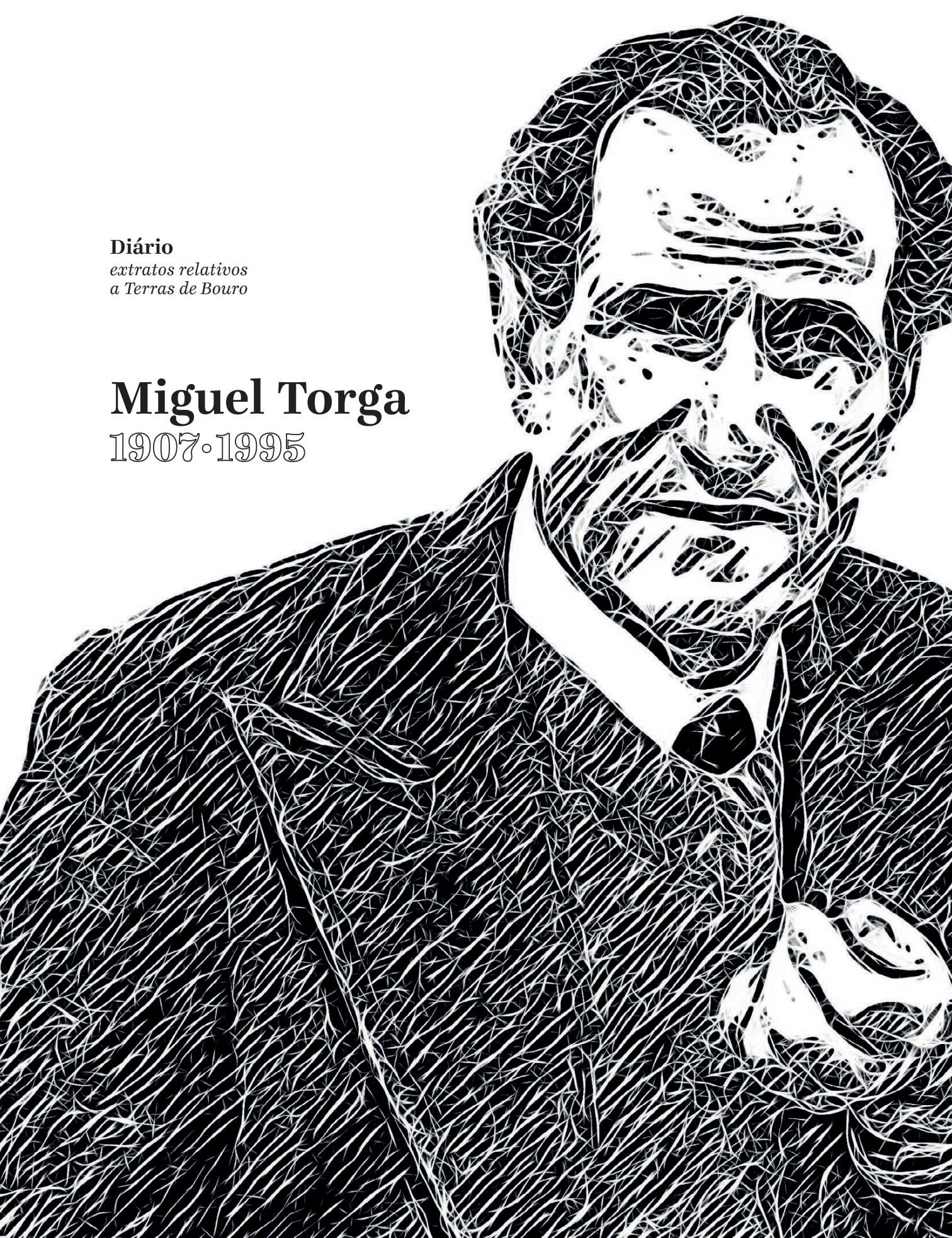






**Diário**
*extratos relativos*
*a Terras de Bouro*

# Miguel Torga
1907·1995





Deixo-me levar passivamente pelas rodas do carro, que percorre a serra em todas as direções. Dou aos olhos plena liberdade sensorial sem lhes pedir contas da qualidade das sensações recebidas. Abandono-me à volúpia dum encontro meramente físico com a realidade. Fragas, matas, rios e ribeiros, tudo entra em mim como a luz pelas vidraças. Entra e cabe. Não há imagens no mundo que saciem a pura transparência. Nada entendo, e nada quero entender. E sinto paz. A paz de ser uma simples coisa permeável entre coisas permeáveis. Paz que o homem primitivo certamente já experimentou, e que talvez seja o que resta ao homem de sempre. Atingir na identificação inconsciente com a natureza a única consciência profunda que dela e de si pode ter.

*Gerês, 10 de agosto de 1964*
*Diário X (de 5 de outubro de 1963*
*a 30 de julho de 1968)*

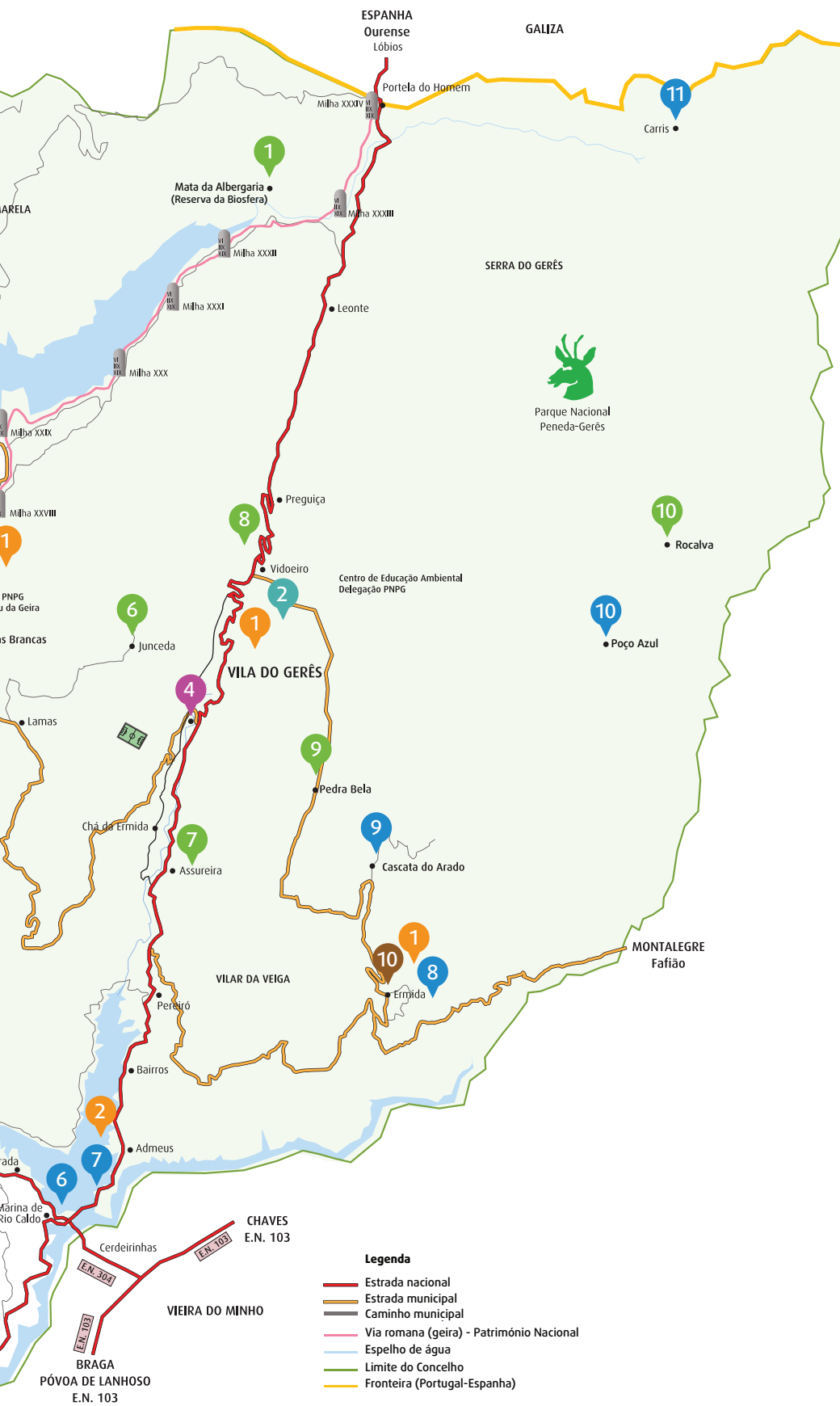



# Terras de Bouro

PONTE DA BARCA
Germil
Cotelo
Cortinhas
BRUFE
Vergaço
VILA VERDE
Mixões da Serra
Cabenco
Rio Homem
Gilbarbedo
Bom Jesus das Mós
Assento
Ervedeiros
CARVALHEIRA
Infesta
Paredes
CIBÕES
GONDORIZ
CHAMOIM
Sequeirós
Gradouro
Milha XXV
Sá
COVIDE
Milha XXVI
VILA VERDE
VILAR
E.N. 307
Bouças
Milha XXIV
Padrós
Milha XXIII
Milha XXII
Santa Comba
VILA VERDE
VILA DE TERRAS DE BOURO
Milha XXI
Travassos
Milha XX
Saim
MOIMENTA
Milha XIX
CHORENSE
Milha XVIII
Moure
BALANÇA
RIBEIRA
S. Sebastião
Milha XVII
Milha XV
Milha XVI
SOUTO
VILA VERDE
BRAGA
E.N. 205-3
CALDELAS
AMARES
Milha XIV
Santa Cruz
Seara
Campos Abades
Sta. ISABEL DO MONTE
Rebordochão
Ventozelo
Alecrimes
Freitas
Calcedónia
SERRA AM
Vilarinho da Furna
CAMPO DO GERÊS
RIO CALDO
S. Bento da Porta Aberta
Vilar a Monte
Senhora da Abadia
AMARES
VALDOSENDE
Assento
Paradela
Chamadouro
AMARES
BRAGA
E.N. 308
E.N. 205-3
E.N. 304
E.N. 308

Via Romana (Geira)

Milha




## Pontos de interesse

### Devoção
1. Senhora do Livramento
2. Bom Jesus das Mós
3. Basílica de S. Bento da Porta Aberta
4. Capela de Sta Eufémia

### Náutico
1. Ecovia do Rio Homem
2. Praia Fluvial de Vilar
3. Praia Fluvial de Chamoim/Gondoriz
4. Barragem de Vilarinho da Furna
5. Barragem da Caniçada
6. Marina de Rio Caldo
7. Praia Fluvial do Alqueirão
8. Cascata Fecha de Barjas "Tahiti"
9. Cascata do Arado
10. Poço Azul (difícil acesso)
11. Carris (difícil acesso)

* Requer autorização do ICNF

### Natureza
1. Parque Urbano de Terras de Bouro
2. Castro - Monte Castelo
3. Miradouro de S. Bento (Baloiço)
4. Parque de S. Bento
5. Calcedónia (Castro)
6. Miradouro de Junceda
7. Parque da Assureira
8. Parque das Termas (Tude de Sousa)
9. Miradouro da Pedra Bela
10. Rocalva (difícil acesso)

### Património
1. Geira (Aldeia de Santa Cruz)
2. Aldeia Típica de Sta. Isabel
3. Casa dos Bernardos
4. Aldeia Típica de Cotelo
5. Aldeia Típica de Brufe
6. Cruzeiro do Campo do Gerês
7. Núcleo Museológico
8. Aldeia Típica do Campo do Gerês
9. Aldeia Submersa de Vilarinho da Furna
10. Aldeia Típica da Ermida

### Atividades
1. Empresas de atividade desportiva
2. Empresas de atividade náutica

### Saúde e Bem-Estar
1. Termas da Moimenta
2. Termas do Gerês

turismo.cm-terrasdebouro.pt

eventos.cm-terrasdebouro.pt



facebook.com/visitterrasdebouro

instagram.com/visitterrasdebouro

município
TERRAS DE BOURO

GERÊS
TERRAS DE BOURO